

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação
Licenciatura em Pedagogia

JULIANA C. BICCA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS
ANOS INICIAIS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise da rede
municipal de educação do município de Gravataí**

PORTO ALEGRE
2023

JULIANA C. BICCA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise da rede municipal de educação do município de Gravataí

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Comissão de Graduação como requisito parcial e obrigatório à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a Patrícia Souza Marchand

PORTO ALEGRE

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

A ficha catalográfica, gerada pelo [Sistema para Geração Automática de Ficha Catalográfica para Teses, Dissertações e TCCs da UFRGS](#), deve ser copiada como imagem e colada aqui.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JULIANA C. BICCA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise da rede municipal de educação do município de Gravataí

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Comissão de Graduação como requisito parcial e obrigatório à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a Patrícia Souza Marchand

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria Goreti Farias Machado
UFRGS-Faculdade de Educação

Prof.^a Dr.^a Andréia Mafassioli
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Osório

Dedico esse trabalho com muito carinho aos meus pais Júlio e Tânia, aos meus filhos Murilo e Alice e ao meu esposo Luciano.

MEUS AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre me incentivaram a estudar, principalmente a minha mãe que segue incansável ao meu lado, me acolhendo e incentivando com todo o seu amor até nos dias mais difíceis. Tu és minha rainha.

Agradeço imensamente aos meus filhos que me acompanharam de perto nesse desafio que foi a graduação, inclusive estando presentes em muitas aulas na FACED. Eu amo muito vocês.

Agradeço ao meu companheiro de vida, meu esposo, que segurou a barra comigo em todos os momentos, sempre me apoiando e me dando forças pra seguir em frente. Obrigada meu amor, eu te amo.

As minhas professoras e colegas de curso que dividiram os melhores e os piores momentos dessa graduação, sempre disponíveis para acolher com palavras de incentivo e coragem.

A professora Luciana que me orientou no estágio de docência e dividiu comigo um dos momentos mais importantes e significativos desta minha jornada.

A turma 12 (2022) da escola Pres. João Goulart. Com vocês vivi momentos maravilhosos. Vocês foram a melhor 1ª turma que uma professora poderia ter.

Ao seu Antônio e aos outros funcionários pelos cafés deliciosos que me aqueceram nas manhãs frias de inverno.

Em especial a professora Patrícia que aceitou o desafio de me orientar nesta pesquisa e que com todo o seu empenho, respeito e generosidade me conduziu até aqui. Muito obrigada, querida professora.

Por fim, agradeço a todas as minhas amigas e meus amigos que acompanharam minha trajetória até aqui e vibraram em cada conquista. Vocês são especiais!

RESUMO

Esta pesquisa buscou responder qual a relação entre a qualidade da educação básica e as políticas públicas para formação continuada docente nos anos iniciais da rede municipal de Gravataí. Seu objetivo central foi compreender como a rede municipal de Gravataí tem se organizado e implementado as políticas públicas para a formação continuada dos professores nos últimos 2 anos, analisando de que forma a qualidade da educação pode estar comprometida pela formação continuada docente nos anos iniciais na rede municipal de Gravataí. A pesquisa foi constituída na análise documental e estudo de caso com entrevistas semiestruturadas a partir de uma abordagem qualitativa e foi desenvolvida no período de novembro de 2022 a março de 2023. A pesquisa tem sua fundamentação teórica nos conceitos de políticas públicas, formação docente, qualidade da educação e gerencialismo. Os resultados da pesquisa apontam a parceria público privada que está estabelecida no município, tendo como consequência a desresponsabilização do Estado nas políticas públicas de formação continuada docente da rede municipal de ensino, comprometendo a qualidade da educação que possui dentre os seus indicadores, este tipo de formação.

Palavras-chave: Formação continuada docente; políticas públicas; qualidade da educação.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

EMEM – Escola Municipal de Ensino Médio

FPEG - Fórum Permanente da Educação de Gravataí

HA – Hora Atividade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PAR – Plano de Ações Articuladas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Projeto Político - Pedagógico

PROINFO – Programa Nacional de Tecnologia Educacional

PT – Partido dos Trabalhadores

RTG – Referencial Teórico de Gravataí

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SMED – Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 - Introdução.....	9
2 - As políticas públicas e a formação continuada – um olhar teórico.....	13
2.1 - Políticas públicas.....	13
2.1.1 - Políticas públicas educacionais	20
2.2 - Qualidade da educação	21
2.3 - Formação continuada docente	23
3 - Caracterização do município de Gravataí e sua rede municipal de ensino	26
3.1 - O município de Gravataí.....	26
3.2 - A educação no município de Gravataí	26
3.3 - A rede municipal de ensino	29
3.4 - Conhecendo as três escolas participantes	34
4 - A política e formação continuada na rede municipal de Gravataí	41
4.1 - Um olhar a partir de três escolas da rede	45
5 - Conclusão.....	51
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXOS.....	57
ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA.....	57
ANEXO B - CONTRATO DE COMPRA E VENDA - Aquisição de Sistema estruturado de Ensino - Livros	82
ANEXO C - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGENS, SOM E VOZ	89

1 - INTRODUÇÃO

Há tempos o significado de qualidade da educação vem sendo discutido e conceituado na perspectiva de diversos olhares. Dentre os muitos elementos que mensuram essa qualidade, é inegável que o desenvolvimento profissional docente está diretamente ligado aos resultados que refletem essa qualidade. No entanto, sabemos que a formação inicial docente já não é suficiente para garantir a qualidade da educação que tanto se almeja. Por isso, é necessário que os professores atualizem e reformulem a sua prática docente, a fim de acompanhar as mudanças e avanços que ocorrem na educação e nas relações sociais, proporcionando acesso a uma educação culturalmente diversa, inclusiva e capaz de atender os sujeitos aprendentes nas suas especificidades.

Para compreendermos melhor a importância do desenvolvimento profissional docente, em primeiro lugar é necessário entender o que é a ação docente e sua relação intrínseca com o desenvolvimento do ser humano na sua completude.

Acreditando no potencial de transformação social que a educação carrega, em 2017 ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia e durante o curso experienciei a prática docente através da participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na Residência Pedagógica, em estágios não obrigatórios e no estágio curricular obrigatório de final de curso. Foi a partir destes momentos, onde presenciei a heterogeneidade das turmas, as necessidades individuais, coletivas e o sentido da educação para cada um, que compreendi a importância da formação continuada docente. Desde então, meu olhar para as questões acerca deste tema se tornou analítico.

Em vista disto, esta pesquisa buscou responder “**Qual a relação entre a qualidade da educação básica e as políticas públicas para formação docente nos anos iniciais da rede municipal de Gravataí ?**”, tendo como objetivo central compreender como a rede municipal de Gravataí tem se organizado e implementado as políticas públicas para a formação continuada dos professores nos últimos 2 anos, analisando de que forma a qualidade da educação pode estar comprometida pela formação continuada docente nos anos iniciais na rede municipal de Gravataí. Os objetivos secundários são: Identificar as características da rede municipal de educação de Gravataí, as atuais políticas de formação continuada de professores, identificar a relação entre a formação continuada e a melhoria da qualidade da

educação, identificar como são definidos os temas para a formação continuada dos docentes e como tem sido organizada e promovida essa formação continuada dos professores da rede municipal de Gravataí e, por fim, analisar a relação dos resultados dessas formações continuadas para a melhoria da qualidade da educação básica ofertada pela rede municipal de Gravataí. Estes serviram como norteadores para a análise dos dados que, primeiramente, foram organizados conforme esses objetivos, na sequência classificados e, por fim, interpretados.

A pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Educação e em 3 (três) escolas da rede municipal de Gravataí, sendo 1 (uma) escola na área urbana mais próxima da região central, 1(uma) escola na área urbana em zona mais periférica e 1(uma) escola na área rural. Os critérios usados para a escolha das escolas foram a distância delas em relação à mantenedora, a dificuldade de acesso pelos professores e o ensino fundamental incompleto. Tendo como hipótese que essas formações continuadas têm relevância e impacto diferentes nos professores de acordo com o seu tempo de experiência, foram escolhidos 5 professores(as) no total e usado como critério para a escolha o tempo de atuação, considerando 25 anos como tempo médio de um professor no exercício da docência, que foi dividido da seguinte maneira: início de carreira até 8 anos de atuação, meio de carreira entre 9 e 16 anos e fim de carreira com mais de 17 anos em exercício docente, 01 orientador(a) pedagógico, 01 supervisor(a) pedagógico, e o coordenador(a) pedagógico da secretaria municipal de educação (SMED).

A pesquisa foi constituída na análise documental e estudo de caso, com a intenção de perceber o que sugere o caso individual em relação ao todo, considerando o seu contexto, suas diferentes faces e dinâmicas. Ocupou-se em analisar o objeto de maneira individual, mas sempre percebendo a importância na representação dentro de um todo maior.

A abordagem utilizada foi a qualitativa, já que a intenção é qualificar as informações obtidas através de uma análise das vivências dos atores da pesquisa e a maneira como são transformadas.

A pesquisa foi realizada entre os meses de novembro de 2022 e março de 2023. O período escolhido teve a intenção de obter informações que contemplassem o planejamento e execução/implementação da formação continuada dos docentes durante todo o ano de 2022 e o planejamento dessas formações para o ano de 2023.

Foram utilizados como instrumentos de coleta a entrevista semiestruturada, que foi realizada com os professores(as), supervisor(a), orientador(a) das escolas e a coordenadora pedagógica da SMED, e a análise documental dos projetos político-pedagógicos das escolas (PPP), de documentos legais e da política de formação continuada docente do município.

Sabemos que nas conversas do dia a dia a troca de informações ocorre de maneira fluída e muitas vezes sem nenhuma intenção no conhecimento dos dados em questão, apenas um diálogo que é levado para um caminho desconhecido, ainda que as informações adquiridas possam dar direção para outras perguntas e sanar as dúvidas que seguirem. Em contrapartida, outras vezes nos preparamos de forma intencional, para obtermos informações relevantes e necessárias para um dado objetivo, por isso neste trabalho foi utilizada a entrevista semiestruturada. Este tipo de entrevista é baseado num roteiro com perguntas principais que permitem uma maior flexibilidade do entrevistador no ajuste das perguntas e do roteiro, conforme o entrevistador entender ser o melhor caminho para a coleta de dados se tornar mais produtiva e eficaz, além de proporcionar uma maior liberdade ao entrevistado para expressar suas ideias e entendimento sobre o assunto em questão.

Para análise documental foram utilizadas as seguintes categorias temáticas: qualidade da educação, papel do estado, autonomia docente e escolar. Tendo a formação continuada como um dos elementos da qualidade da educação, os documentos e entrevistas foram analisados a partir dos seguintes indicadores:

- Autonomia das escolas
- Participação dos professores
- Temas abordados conforme interesse dos docentes, periodicidade responsável pela oferta.
- Responsável pela oferta da política de formação continuada
- Periodicidade da oferta destas formações

Apresentados os aspectos centrais dessa pesquisa e minha participação crítica acerca deste tema, organizo o trabalho em 5 capítulos: introdução, referencial teórico, caracterização do município de Gravataí e de sua rede municipal de ensino, análise dos dados e conclusão.

O modelo dos termos utilizados estão anexados neste trabalho e os originais, onde constam as assinaturas dos participantes, se encontram em poder da pesquisadora e da orientadora, garantindo o direito ao anonimato dos entrevistados.

2 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA – UM OLHAR TEÓRICO

A educação é um direito fundamental e universal, como consta no Art. 205, Parágrafo único, da CF de 1988 ela é “um direito de todos e dever do Estado e da família, onde será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Estando de acordo com a educação como direito constitucional, é importante reforçar que “a democratização da educação se faz com *acesso e permanência* de todos na escola, como *espaço para o exercício democrático* e dentro da qual o *sucesso* escolar é reflexo de sua QUALIDADE”. (GRACINDO, 2006, p.8, grifo da autora)

De acordo com a Lei N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, o Art. 2° “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e conforme o Art.3° “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VII – valorização do profissional da educação escolar; [...] IX - garantia de padrão de qualidade”.

Sendo assim, para o desenvolvimento dessa pesquisa, se faz necessário compreender qual o papel do município de Gravataí para o cumprimento dessa lei, para isso cito a Lei Orgânica do Município, especificamente o Art. 19, inciso II que fala sobre “promover o ensino, a educação e a cultura”. Para além disso, a mesma lei complementa através dos Art. 125 e 126, respectivamente, que “a educação é direito de todos, dever do Estado, e da Sociedade, baseada nos fundamentos da justiça social, da democracia e do respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais e éticos” e que “o ensino será ministrado com base nos princípios fundamentais de: [...] garantia do padrão de qualidade.

No decorrer deste capítulo discutiremos pela perspectiva de diversos autores os principais conceitos que embasam essa pesquisa, são eles: Políticas públicas – políticas educacionais -; qualidade da educação e formação continuada docente e gerencialismo.

2.1 - Políticas públicas

O que são políticas públicas?

Para Harold Lasswell (1951) o termo *policy sciences* coloca os estudos das políticas públicas como uma ciência aplicada, diferente de estudá-las no campo da Ciência Política, mas com a “intenção da aplicação do conhecimento científico na solução de problemas de políticas públicas” (Lasswell 1951 apud Andrews, 2005, p.14). Lasswell (1951) propunha que as políticas públicas deveriam ser analisadas como um processo (*policy process*) (ibidem), “isto é, um conjunto inter-relacionado de estágios por meio dos quais os temas e deliberações fluem de forma mais ou menos sequencial, dos *inputs* (problemas) aos *outputs* (políticas públicas)” (Howlett 2011 apud Rosa et al, 2021).

Um país com o tamanho do Brasil tem entre suas características uma complexidade de desafios sociais a serem vencidos que são oriundos da sua multiculturalidade e desigualdades, econômica e social. Para atender às diversas demandas sociais, primeiramente é necessário identificar os problemas sociais, suas origens e reflexos na sociedade, para então planejar ações e tomar decisões capazes de assegurar direitos de cidadania a todos com garantia de vida digna em diversos aspectos. Para Secchi (2010) a política pública expressa uma diretriz pública intencionalmente elaborada para dar solução a um problema coletivo, de relevância socialmente reconhecida. Desta forma, podemos dizer que a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

Sabemos que a história de um povo é viva, cíclica e mutável, ela é construída a todo o momento através das nossas necessidades, desejos, escolhas, ações e decisões que diferem entre sujeitos de uma sociedade plural, com diferenças sociais, econômicas, religiosas e políticas. No entanto, apesar de alguns problemas sociais (*inputs*) serem identificados em grupos específicos, acabam atingindo a todos independente da classe social, religião, gênero, raça ou ideologia política, em vários aspectos da vida cotidiana. Por esse motivo, as políticas públicas (*outputs*) precisam gerar ações e soluções que atendam as demandas das diversas áreas como saúde, educação, habitação, lazer, segurança, meio ambiente dentre outras, com o intuito de trazer resultados que impactem na vida de todos, mesmo que estas políticas públicas sejam destinadas a grupos específicos.

Mas afinal, por que fazemos políticas públicas? A resposta é simples: para promover mudanças sociais. Elas são instrumentos técnico-políticos utilizados para enfrentamento de problemas sociais que afetam direta ou indiretamente um grupo da sociedade e que geram a necessidade de serem combatidos. Resumidamente

podemos dizer que um determinado problema social é identificado e indesejado gerando a necessidade de ser resolvido, a partir disso, as políticas públicas são pensadas, elaboradas e executadas com o objetivo de solucionar o problema em questão. Nesse sentido, Peters (2015 apud Rosa et al, 2021) define as políticas públicas como o conjunto de atividades que os governos empreendem com a finalidade de mudar sua economia e sociedade. Além dele, Saravia (2006) sublinha que uma política pública envolve um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade. A partir destes conceitos podemos perceber que o sentido das políticas públicas é transformar a sociedade.

Agora que já sabemos o objetivo das políticas públicas, também é importante conhecer os atores que elaboram as políticas públicas. Quem são eles?

Para responder a essa questão vamos trazer duas abordagens: a multicêntrica/policêntrica e a estadocêntrica/estadista (Secchi et al, 2019).

A abordagem multicêntrica, como o nome já sugere, considera que diversos atores, se envolvam no processo de fazer políticas públicas. Esses atores podem ser grupos e organizações (ongs, associações etc.) que fazem políticas públicas em conjunto com o Estado, ou não. Neste tipo de abordagem existe a descentralização do poder sobre as ações e decisões que constituem as políticas públicas e conseqüentemente um enfraquecimento do Estado acerca das responsabilidades que as políticas públicas impõem.

Estes atores possuem características distintas e têm seus interesses diretamente afetados pelas decisões e ações que compõem a política em questão, dado que, “uma política compreende um conjunto de ações e iniciativas tendencialmente coerentes entre si, que geralmente envolvem várias áreas”. (SCHMIDT, 2018, p. 126).

A outra abordagem é a estadocêntrica que, como o nome já diz, traz a centralidade das decisões para o Estado, mesmo que outros grupos e organizações não estatais possam influenciar no processo de políticas públicas. Segundo Secchi (2015) a centralidade está relacionada: a) ao monopólio do uso da força legítima; b) ao seu papel de produtor de leis, o que abarca o poder de *enforcement*; c) ao seu papel de representante do interesse coletivo, no controle de importantes recursos sociais, garantindo-lhes os meios para criar e manter políticas. Nessa mesma linha, Dye (2010 apud Rosa et al 2021) nos diz que política pública é tudo o que os governos

escolhem fazer ou não fazer, ou seja, as ações e as inações do Estado. No mais, através delas é possível identificar as ações do governo sobre determinados direitos e interesses da população, distinguir suas intenções e o que de fato tem feito sobre isso.

Agora que já entendemos o propósito das políticas públicas assim como os atores envolvidos nas suas elaborações, vamos conhecer um pouco do processo para entender como elas são elaboradas.

Primeiramente, é importante compreender o processo. A política pública é o conjunto de decisões que são pautadas em ideias, objetivos e alternativas de diversos atores frente a um problema social. Este processo é composto por ações para a implementação das decisões tomadas por eles e que são carregadas de intencionalidade, consensualidade e coordenação, uma vez que os atores envolvidos são constituídos por valores, crenças e interesses que diferem entre si. Logo, a finalidade indica que o objetivo da tomada de decisão e da implementação dela é modificar um problema social e melhorar a vida em sociedade. Para Muller e Surel (2002), entende-se que a política cria um espaço de relações intraorganizacionais, formando assim, uma ordem local, que opera a regulação de conflitos entre atores e articula a harmonização dos interesses individuais e coletivos.

Sabendo que as políticas públicas estão presentes em todas as áreas da nossa vida, seguiremos com o enfoque para as políticas públicas educacionais que são um dos objetos de pesquisa do presente trabalho.

O presente trabalho analisará as políticas públicas de formação continuada pela abordagem multicêntrica, considerando a parceria público-privada que está estabelecida na implementação e gestão das políticas educacionais no município.

Neste modelo de gestão existe a descentralização das ações e decisões na área da educação básica, dividindo a responsabilidade entre os atores governamentais – os chefes do poder executivo e os servidores de carreiras e os não governamentais – que são os grupos de interesse e acadêmicos. Os atores participantes de uma política pública mobilizam seus esforços para criação, modificação ou extinção de políticas públicas por interesses distintos. Cada um participa de acordo com o seu grau de interesse, seja pelos custos ou benefícios que elas trarão. Outro aspecto importante deste modelo está no que se refere ao poder de decisão e influência de cada ator envolvido no processo.

Segundo Kingdon (2003 apud Gottems et al, 2013), o processo de tomada de decisão nas políticas públicas pode ser representado pela confluência de três grandes correntes dinâmicas: a corrente dos problemas (problems), a das propostas ou alternativas (policies) e a da política (politics), propiciando para que problemas sejam incluídos na agenda.

O fluxo dos problemas analisa como as questões são reconhecidas e porquê vão compor a agenda do governo, segundo Kingdon (2003 apud Gottems et al, 2013) a atenção do governo se daria em três acontecimentos:

- 1 indicadores que apontam e mensuram a magnitude de uma situação
- 2) a ocorrência de eventos, crises, desastres ou uma experiência pessoal
- 3) o feedback oriundo do monitoramento sobre orçamento, custos e gastos.

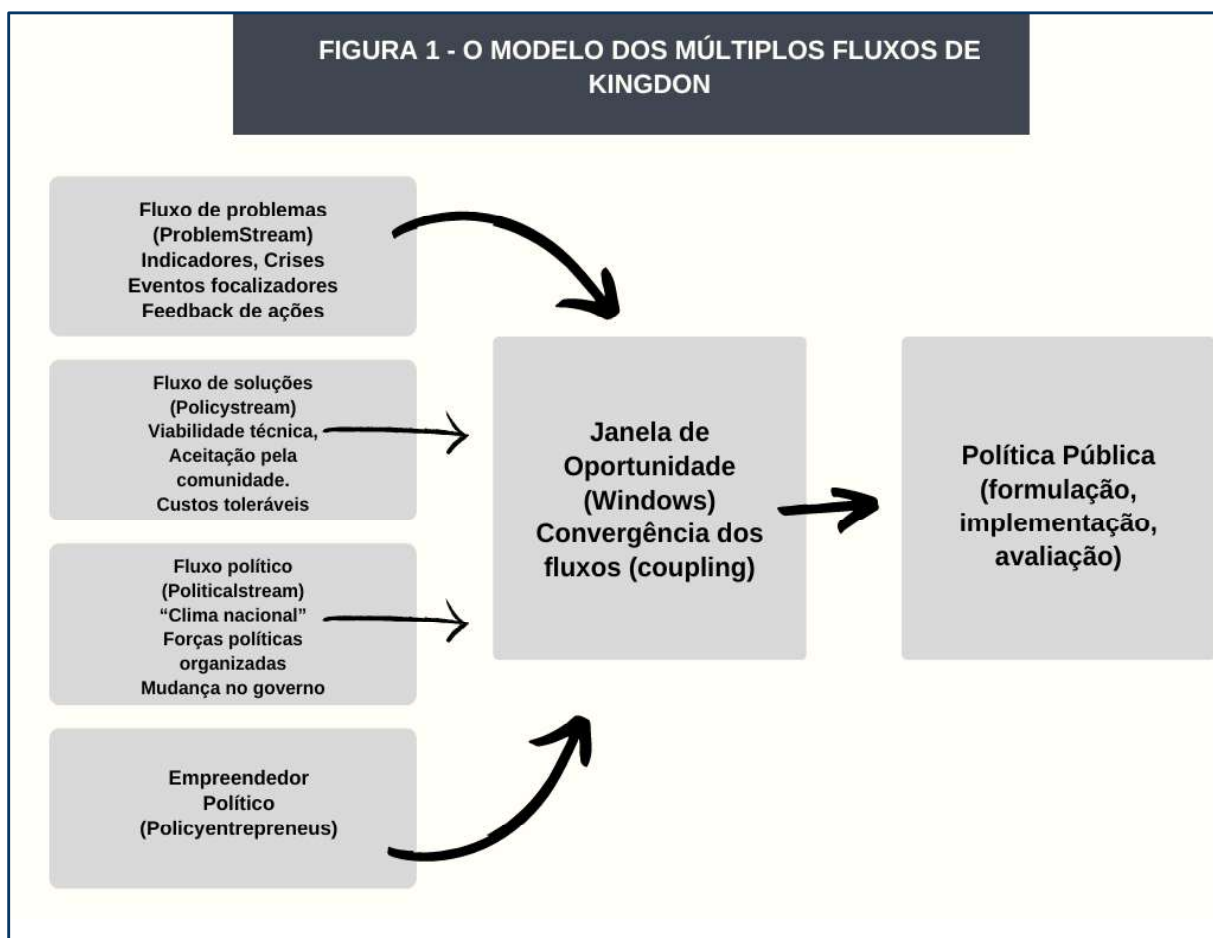
No fluxo das soluções ocorrem as discussões acerca do conjunto de alternativas e propostas para solucionar determinado problema. Nesta segunda etapa ocorre a seleção de ideias, mediante a percepção de quais ideias são relevantes e viáveis dentro da disponibilidade de recursos que poderão ser destinados. Entre as alternativas que originam as políticas públicas é possível identificar alguns padrões, tais como: a confiabilidade técnica; a aceitabilidade e compatibilidade entre os valores vigentes na sociedade; e a capacidade de antecipar contingenciamentos futuros, como os orçamentários (Kingdon, 2003 apud Gottems et al 2013).

Segundo Capella (2007), o fluxo político apresenta suas próprias dinâmicas e regras, sendo assim, independente dos fluxos anteriores. Neste fluxo são considerados três elementos: o clima nacional (national mood), as forças políticas organizadas e as mudanças no governo (Kingdon 2003; Zahariadis, 2007 apud Gottems et al, 2013). O clima nacional se caracteriza pelas questões sociais que são consideradas relevantes para serem discutidas no governo, as forças políticas organizadas se dão através das pressões que os grupos exercem, gerando consenso ou discordância nas discussões nas arenas políticas e as mudanças de governo influenciam na agenda, sendo um dos momentos mais profícuos para a entrada de demandas que aguardam há muito tempo sem respostas. (Kingdon, 2003).

A convergência dos três fluxos - problemas, alternativas, políticas -, estabelece uma janela de oportunidades para elaboração de políticas públicas. De acordo com Kingdon (2003 apud Gottems et al, 2013), esta janela de oportunidades pode se fechar após a tomada de alguma decisão, por fracasso em busca de solução, perda de visibilidade da questão ou ainda por não haver proposta disponível para a

solução. Neste momento ocorre a disputa de poder entre diversos atores para que seus objetivos e ideais passem a fazer parte da constituição de determinada política pública.

Na figura abaixo, podemos compreender melhor como funciona o processo para a formação da agenda pública e criação de políticas públicas de acordo com a teoria de múltiplos fluxos, elaborada por Kingdon (2003) e Zahariadis (2007).



Fonte: elaborado pela autora, baseado no modelo de documentos legais de Gottems et al, 2013, p.513.

A instituição de uma política pública não indica o fim do processo e tampouco a resolução do problema para o qual ela foi formulada. Para que isto ocorra, ainda é necessário percorrer um longo caminho que perpassa a formulação, implementação e avaliação da política pública. A fase da implementação é onde ocorre um conjunto de decisões e ações que vão, de fato, fazer a política pública sair do papel. São diversos aspectos no processo administrativo, como provisões de recursos para a implementação e formação de equipes, por exemplo.

A implementação é um processo de diversos estágios que compreende diversas decisões para a execução de uma decisão básica, previamente definida em um conjunto de instrumentos legais. Idealmente essa decisão

identifica os problemas a serem resolvidos, os objetivos a serem alcançados e as estruturas (arranjo institucional) de execução. (RUA, 2009, p. 94)

Segundo Rua (2009), para mensurar e qualificar esse processo, podemos formular muitas perguntas sobre a implementação:

- Em que medida os objetivos foram atingidos? Em que medida os resultados são consistentes com os objetivos? Há impactos não previstos?
- Em que medida os objetivos originais foram alterados na implementação?
- Que fatores afetam a consecução dos objetivos, as mudanças de objetivos e estratégias etc.?

O sucesso da implementação de uma política pública está associado ao grau de cooperação entre as organizações que são responsáveis pela mesma. Quando a política pública envolve diferentes níveis do governo, - federal, estadual, municipal, em diferentes regiões do país e com diversos agentes envolvidos - o processo de implementação pode encontrar mais problemas, por conta do controle das implementações ser mais complexo. Ademais, com diversos setores de atividades envolvidos e uma burocracia alargada, o risco de falhas é muito maior.

Segundo Mazmanian e Sabatier (1989 apud Rua, 2009), há 3 variáveis que devem ser analisadas a fim de avaliar o êxito nos objetivos na implementação das políticas públicas.

- Tratabilidade do problema: que consiste no grau de facilidade para se lidar com um problema, devido a questões técnicas ou outras – diversidade do comportamento ou serviço prescrito (complexidade) –; tamanho do público-alvo – quanto menor o grupo, mais fácil de definir e mobilizar –; extensão da mudança comportamental requerida (quanto maior a mudança pretendida, mais difícil será a implementação).
- A capacidade dos dispositivos legais da política para estruturar favoravelmente o processo de implementação: isso é feito pela definição dos objetivos, pela seleção das instituições implementadoras, pela previsão de recursos financeiros, pelo direcionamento das orientações políticas dos agentes públicos, e pela regulação dos critérios, das oportunidades, dos mecanismos e canais de participação dos atores não públicos.

- O efeito de um conjunto de variáveis políticas do contexto no apoio aos objetivos: nesse sentido, há dois importantes processos do contexto que conferem um dinamismo próprio à implementação:
 1. a necessidade de apoio político para superar os obstáculos à busca de cooperação entre muitas pessoas (inclusive e especialmente a burocracia do nível de rua), várias das quais veem seus interesses adversamente afetados pelos objetivos da política; e
 2. o efeito de mudanças das condições tecnológicas e socioeconômicas sobre o apoio do público em geral, grupos de interesse e soberanos, aos objetivos da política.

Para além disso, Rua (2009) nos diz que a garantia de uma implementação eficaz, necessita que o acompanhamento de uma política deve levar em consideração a existência de conhecimento concreto acerca da política que se implementa. No entanto, nem sempre os indivíduos que atuam na implementação de uma política sabem, efetivamente, que estão trabalhando como implementadores de algo tão abstrato como uma política e esse desconhecimento dos objetivos e das consequências podem atrapalhar a qualidade do processo de implementação das políticas públicas, inclusive prejudicando a sua eficácia.

Nesta pesquisa, cujo foco foi a política de formação docente continuada no município de Gravataí, o processo de implementação da atual política foi o objeto de análise e a participação docente como agente de implementação desta política, um dos itens que foram analisados.

2.1.1 - Políticas públicas educacionais

Uma vez que as políticas públicas objetivam atender as demandas, dificuldades e necessidades de uma sociedade através de decisões e ações pensadas, planejadas e executadas de forma coordenada, as políticas educacionais são direcionadas para a solução de problemas na área da educação e conseqüentemente corresponsáveis pela transformação social. E a quem interessa resolver os problemas da educação? Muito se engana quem acredita que somente profissionais da área e os alunos são beneficiados ou prejudicados com as políticas educacionais, o acesso à educação de qualidade reflete em diversas áreas na sociedade.

Pensando em políticas educacionais Höfling (2001) nos diz que

Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo “competitivo frente à ordem mundial globalizada”. (p.40)

Segundo Gracindo (2006), os dados da educação mostram que o Estado brasileiro não vem cumprindo sua tarefa de oferecer educação em quantidade e qualidade para os brasileiros. Consequentemente, muitos brasileiros não possuem as condições básicas para serem cidadãos participantes de uma sociedade letrada e democrática, acarretando em uma forma de exclusão social, que se inicia com a exclusão escolar. Por esses motivos, o Estado e a sociedade brasileira têm à sua frente uma difícil tarefa: a de promover e implementar políticas educacionais que revertam esse quadro negativo e que efetivem a educação de qualidade, como direito da cidadania.

Para isso, Bairros (2013) salienta que:

O processo educacional, resultado social, político, econômico e pedagógico de uma sociedade, exige políticas públicas comprometidas com práticas educativas diferenciadas. Gestar a educação pública é também, entender o momento histórico e as exigências de sua população. Os problemas atuais da educação brasileira, os baixos índices educacionais não são uma fatalidade, expressam uma realidade, mas também apresentam desafios para a busca de novas formas de pensar políticas públicas. (p.104)

Sabendo que as políticas públicas refletem a organização e ações da sociedade sobre determinado problema através dos interesses e ações de diversos atores, retomo o objetivo central desta pesquisa que foi “compreender como a rede municipal de Gravataí tem se organizado e implementado as políticas públicas para a formação continuada dos professores nos últimos 2 anos, analisando de que forma a qualidade da educação pode estar comprometida pela formação continuada nos anos iniciais na rede municipal de Gravataí”, buscando identificar as políticas públicas que estão em consonância com essas formações e se almejam sanar os problemas relacionados a qualidade da educação na rede municipal.

2.2 - Qualidade da educação

Percebemos que no campo da educação, o termo qualidade é polissêmico e baseado em valores, experiências e posturas de quem o descreve e conceitua. Para Gracindo (2006), alguns o compreendem no sentido de qualidade mercantil, baseada na lógica econômica e empresarial, que se referencia no “mercado”, para outros, com sentido de qualidade social, que busca compreender a relevância social da construção

dos conhecimentos e de valores, na escola. O sentido mercantilizado da qualidade da educação, tem como foco na gestão de resultados a partir de padrões pré estabelecidos de caráter elitista e excludente que só aumentam as desigualdades no país, por outro lado, o sentido de qualidade social busca o desenvolvimento das relações sociais, a emancipação dos sujeitos no exercício da cidadania, contribuindo para uma educação democrática e de qualidade que forme cidadãos capazes de transformar a sua realidade. Além disso, a autora nos diz que a educação emancipadora rompe com qualquer padrão de qualidade pré-estabelecido, já que tem no seu desenvolvimento as relações sociais, que não atendem modelos ou fórmulas capazes de moldar a prática educativa.

Nesse sentido, Dourado, Oliveira e Santos (2007) reforçam a ideia de analisar a qualidade da educação a partir de uma perspectiva polissêmica, uma vez que essa categoria traz, implicitamente, múltiplas significações. Sendo assim, podemos supor que a maneira de pensar e mensurar qualidade da educação se altera conforme o tempo, espaço e necessidades pertinentes a cada sujeito e à sociedade em geral. Diante de tantas perspectivas e definições, os autores pontuam questões importantes e necessárias para que a qualidade da educação seja alcançada, sendo uma delas central para isso, a formação dos professores.

Para Lázaro (2019), a qualidade diz respeito a um conjunto de insumos, processos e resultados de aprendizagem que podem ser medidos através de indicadores objetivos como os aspectos de atendimento por faixa etária, fluxo escolar e conclusão de ciclos, aprendizagem e formação do corpo docente.

Com enfoque na formação docente, Gracindo (2006) salienta que a partir de uma análise da categoria que contempla a valorização dos professores considerando sua formação, piso salarial e carreira, ficou claro que a formação qualificada e valorização dos professores são necessárias e fundamentais para a qualidade da educação.

No que diz respeito à qualidade da educação, a presente pesquisa buscou analisar esse conceito pela perspectiva dos indicadores que medem a qualidade educacional, dando maior ênfase ao indicador que objetiva a formação continuada docente. Os indicadores de qualidade educacionais foram criados para auxiliar na mensuração da qualidade da educação, a variação dos indicadores possibilita constatar mudanças e auxiliar no planejamento da melhoria dessa qualidade a partir

da avaliação. Segundo o MEC (2004) , existem 7 indicadores que auxiliam a reflexão das escolas sobre a sua qualidade educacional.

1. Ambiente educativo
2. Prática pedagógica
3. Avaliação
4. Gestão escolar democrática
5. Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola
6. Ambiente físico escolar
7. Acesso, permanência e sucesso na escola

Neste trabalho, o foco será o indicador que diz respeito à formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, mais especificamente a formação continuada docente. Segundo o instrumento do MEC (2004) que apresenta e caracteriza os indicadores, os elementos que compõem esse indicador são: habilitação, **formação continuada**, suficiência da equipe escolar, assiduidade da equipe escolar e estabilidade escolar.

Sabendo que os professores são responsáveis por colocar em prática os princípios político-pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem, consideramos de suma importância que o corpo docente tenha uma boa formação e condições de trabalho favoráveis a fim de contribuir para uma educação de qualidade, para isso, é importante a garantia de uma formação continuada aos docentes, buscando o aperfeiçoamento da sua prática através de reflexões, trocas de experiências entre pares e atualização teórica no campo da educação e de outros que atravessam a prática docente. Segundo Nóvoa (1992, p. 4), “mais do que um lugar de aquisição de técnicas e de conhecimentos, a formação de professores é o momento chave da socialização e da configuração profissional”.

2.3 - Formação continuada docente

Com o intuito de pensar na qualidade da educação pela perspectiva da formação docente traremos as palavras de Gatti (2016), ela nos diz que a formação de quem vai formar torna-se central nos processos educativos formais, na direção de uma civilização que contenha possibilidades melhores de vida e coparticipação de todos, para isso “a escola precisa oferecer serviços de qualidade e um produto de qualidade, de modo que os alunos que passem por ela ganhem melhores e mais

efetivas condições de exercício da liberdade política e intelectual”.(LIBÂNEO, 1998, p.4)

No entanto, esses processos educativos formais, principalmente as formações iniciais, já não dão conta de garantir uma educação de qualidade, inclusiva e culturalmente diversa.

Segundo Libâneo (1998, p.12)

[...] o novo professor precisaria, no mínimo, de adquirir sólida cultura geral, capacidade de aprender a aprender, competência para saber agir na sala de aula, habilidades comunicativas, domínio da linguagem informacional e dos meios de informação, habilidade de articular as aulas com as mídias e multimídias.

Para isso é necessário resgatar a profissionalidade docente, reforçar as características da identidade profissional, fortalecendo as lutas da classe não somente por salários dignos e condições de trabalho, mas por uma formação de qualidade, com demandas da prática que auxiliem na formação de novos professores, assim como as pesquisas e discussões atuais das universidades auxiliem os professores atuantes a mais tempo a repensar suas práticas, atendendo as demandas atuais da sociedade.

A fim de situar e evidenciar a importância dessa constante “melhoria e atualização” profissional, sabendo que existem várias faces nessa profissão a serem desenvolvidas, destaco uma das perspectivas que podem auxiliar na compreensão, os saberes pedagógicos, que são os saberes das ciências da educação e da ideologia pedagógica, que Tardif (2014) chama de “[...] o conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores”, que podem ser na formação inicial ou continuada.

Não menos importante, estão os saberes adquiridos na interação e troca com os pares, nos relatos de experiências, a partir de reflexões sobre as ações individuais de si e do outro que constroem outras formas de pensar e reformular as práticas docente, para Tardif (2014) esse saber é social por ser adquirido no contexto de uma *socialização profissional*, onde é incorporado, modificado, adaptado em função dos momentos e das fases de uma carreira, ao longo de uma história profissional. Além disso, tem como principal espaço de acontecimento os programas de formação continuada, que podem ocorrer numa esfera macro, considerando uma formação a nível municipal, organizada e planejada com objetivos que atendam uma demanda

generalizada, ou micro, com formações dentro da própria escola, focando em questões pertinentes àquela comunidade escolar.

Segundo Nóvoa (1992, p.3), “as escolas normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente, [...] mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer”.

Como já dissemos no início deste texto, dentre os muitos elementos que mensuram essa qualidade, é inegável que o desenvolvimento profissional docente está diretamente ligado aos resultados que refletem a qualidade da educação. “Por isso, compreender e discutir a formação dos professores, [...] se torna importante para a compreensão e discussão da qualidade educacional de um país, ou de uma região”. (GATTI, 2016, p.163)

3 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ E SUA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Este capítulo está dividido em 4 seções que apresentarão: as características do município de Gravataí, a educação do município e a sua rede municipal de ensino e a caracterização de três escolas da rede com seus dados educacionais e estruturais.

3.1 - O município de Gravataí

Gravataí é um grande município e faz parte da região metropolitana de Porto Alegre, segundo o IBGE (2021), conta com uma população de 285.564 pessoas, o IDH [2010] do município é de 0.736, considerado alto de acordo com o índice utilizado pela PNUD/ONU.

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] é de 95,7% e o IDEB do Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2021] é 5,8 e dos anos finais é 5,1.

Os dados sobre o trabalho e rendimento [2020] informam que o salário médio dos trabalhadores formais é de 2,6 salários mínimos e o número de pessoal ocupado está em 62.753 pessoas, o que representa 22,1% da população total do município.

O prefeito atual é Luiz Ariano Zafallon (MDB) eleito no pleito de 2021, sucedendo a Marco Alba, seu colega de partido, que esteve no governo por 2 mandatos (2013-2016) e (2017-2020). É importante salientar que esses governantes citados assumiram o poder num momento que a política do município sofria uma instabilidade na última década, quando em 2011, a então prefeita Rita Teresinha Sanco Lima (PT) que ocupava o cargo desde 2009, teve seu mandato cassado por denúncias de supostas irregularidades na gestão. As denúncias foram arquivadas pelo Ministério Público e pelo Judiciário em 2012.

3.2 - A educação no município de Gravataí

Segundo Mafassioli (2011), a construção coletiva dos princípios da educação e da organização curricular faz parte da trajetória da Rede Municipal de Ensino desde os anos finais da década de 1990. A autora ainda cita alguns movimentos e atividades educacionais do município nesse período que pautaram temas como: estrutura mínima das escolas para garantia da qualidade da educação, currículo, gestão democrática, valorização profissional e formação continuada, alguns deles são:

- Em 2009 estabeleceu o Fórum Permanente da Educação de Gravataí (FPEG), uma proposta de construção e participação coletiva sobre os rumos da

educação na cidade, envolvendo os conselhos escolares e as equipes diretivas das escolas municipais.

- Em 2010, realizou encontros do Fórum por região; **ênfase na formação continuada para professores dos anos iniciais do ensino fundamental** e para professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, por componentes curriculares, em parceria com a universidade; ano de implementação de salas de recursos multifuncionais e laboratórios do PROINFO em várias escolas da rede; ampliação do programa federal Mais Educação; recursos dos programas federais PDE escola e Escola Acessível foram liberados para várias escolas a partir dos dados do IDEB; (subações previstas no PAR); ano de conflitos entre os poderes executivo e legislativo, SMED e comunidade escolar da única escola de ensino médio do município (EMEM Santa Rita de Cássia) que se tornará uma escola técnica federal. (grifo meu. p. 147).

Desde 2014, com o objetivo de aumentar o IDEB no ensino fundamental, o município de Gravataí tem adotado uma parceria público-privada, que tem um modelo de currículo com base no ensino estruturado. Essa parceria iniciou-se com a Editora Positivo, com o Sistema de Ensino Aprende Brasil e este foi substituído em 2022 pelo ensino estruturado da Editora Moderna. Ambos os sistemas trabalham com livros didáticos, assessoria pedagógica de implantação e de monitoramento, plataformas de aprendizagem, formação continuada e capacitação de docentes e sistemas de avaliação e gestão de aprendizagem e prometem ser a solução completa para uma educação de qualidade na rede municipal de ensino.

Esse tipo de parceria entre o público e o privado faz parte de um modelo de gestão denominada como gerencialismo, que se instituiu no espaço educacional a partir da concepção da Nova Gestão Pública (NPM) representando o enfraquecimento do Estado através da descentralização administrativa, no qual o mesmo gerencia os resultados que são criados e fornecidos pela empresa contratada, trazendo no âmbito das políticas públicas, uma abordagem multicêntrica. “O gerencialismo traz à cena novas relações entre o Estado e o mercado, o que altera substancialmente a forma de conceber e implementar as políticas públicas” (LIMA; GANDIN, 2012). Nesse modelo de administração, o Estado está comprometido com a eficiência do serviço ofertado e um maior controle dos gastos públicos.

Segundo Castro (2008):

A gestão gerencial caracteriza-se pela busca da eficiência, pela redução e pelo controle dos gastos públicos, pela demanda de melhor qualidade dos serviços públicos, pelos modelos de avaliação de desempenho, por suas novas formas de controlar o orçamento e os serviços públicos e pela descentralização administrativa, que dá maior autonomia às agências e aos departamentos. (p.391)

Esse perfil de administração tem o seu foco bem determinado e direcionado para a valorização da eficiência, da eficácia, da efetividade e da produtividade na busca por resultados pré-estabelecidos. Nesse modelo de gestão, o papel do professor é esmagado pelo discurso gerencial e direcionado para uma implementação técnica e pragmática do conteúdo a ser trabalhado com seus esforços direcionados a alcançarem indicadores quantitativos que performam a prática docente, deixando à sombra o ato pedagógico de ensinar e conseqüentemente as especificidades que compreendem uma educação inclusiva e diversa. “Nesta nova forma de gestão, o fundamental é aderir às práticas das organizações privadas e focar as questões em termos de custos, onde a relevância se concentra no fator quantitativo em detrimento do qualitativo” (ALMEIDA et al, 2012, p.3)

Para além do reflexo na prática docente que sofre com técnicas utilizadas no campo da Administração se sobrepondo ao conhecimento da Pedagogia, o gerencialismo tem como característica otimizar os recursos financeiros e enfraquecer o estado. Nesse caso, diminuindo sua participação e responsabilidade nas estratégias para a melhoria da educação. O Estado, agora travestido pela iniciativa privada, transforma a perspectiva da educação para um modelo de produto ofertado, com a promessa de melhorias no processo de ensino e aprendizagem e nos resultados educacionais, alimentando o discurso que coloca a qualidade do serviço privado acima do público, fortalecendo assim estratégias para reduzir o papel do Estado.

Os professores, nesse novo modelo de prática “docente” precisam “repensar” suas estratégias educacionais que garantam o alcance dos resultados que esse modelo gerencial espera, para isso, a atualização profissional desses docentes precisa acontecer nessa mesma perspectiva de eficiência, eficácia, efetividade e produtividade.

Ao inserir a performatividade na alma do trabalhador a cultura gerencial utiliza as tecnologias da política de reforma do setor público não apenas como veículos de mudanças técnica e estrutural das organizações, mas como instrumentos de reforma dos profissionais do setor público, neste caso, os professores, sujeito deste trabalho, uma vez se detêm na centralidade do modelo gerencialista na educação. (ALMEIDA et al, 2012, p.6)

E ainda segundo Ball (2005) “essa mudança na consciência e na identidade do professor apoia-se e ramifica-se pela introdução, na preparação do professor, de formas novas de treinamento não intelectualizado, baseado na competência” e “durante o treinamento, o professor é “reconstruído” para ser um técnico e não um profissional capaz de julgamento crítico e reflexão. Ensinar constitui apenas um trabalho, um conjunto de competências a serem adquiridas” (p.548)

Nessa nova forma de gerir a educação, o processo é pouco valorizado e pouco se questiona sobre o conceito de bons resultados. A escola é pensada para cumprir o papel de uma organização social e não de uma instituição social, secundarizando o saber pedagógico e a formação humanística-cultural.

3.3 - A rede municipal de ensino

Segundo informações do Censo Escolar de 2022 (INEP), o município conta com 55.456 matrículas na educação básica, distribuídas entre as redes de ensino municipal, estadual, federal e privada, conforme a tabela 1. Os dados da tabela demonstram que a rede municipal é responsável por um número expressivo de matrículas na etapa do ensino fundamental, muito maior que as redes estadual e privada, em contrapartida, na etapa da educação infantil, a rede privada ainda mantém o maior número de matrículas no município.

TABELA 1 - NÚMERO DE ESCOLAS E MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

ETAPA	Nº de ESCOLAS	MATRÍCULAS				
		Total	Rede municipal	Rede estadual	Rede federal	Rede privada
Educação Infantil	137	8.349	3.870	0	0	4.479
Ensino Fundamental	101	33.627	21.919	6.585	0	5.123
Ensino Médio	28	9.564	105	7.651	215	1.593

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

A tabela 2 apresenta o número de docentes da educação básica do município dividido por etapas e redes de ensino. O maior número de docentes na rede municipal compõe o grupo que atende o ensino fundamental. A rede privada, apesar de ter um número maior de matrículas na educação infantil, ainda tem um corpo docente menor que a rede municipal. No ensino médio a rede estadual tem muito mais docentes que as demais redes, já que essa etapa da educação básica é responsabilidade do Estado.

TABELA 2 - NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

ETAPA	Nº de DOCENTES				
	Total	Rede municipal	Rede estadual	Rede federal	Rede privada
Educação Infantil	1.043	530	0	0	522
Ensino Fundamental	1.875	1.275	397	0	293
Ensino Médio	572	19	401	24	137

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

A rede municipal de educação está vinculada à 28ª Coordenadoria Regional de Educação e cabe à secretaria municipal de educação (SMED), a responsabilidade de executar a política educacional do município de acordo com as diretrizes enunciadas pelo Sistema Municipal de Educação, desenvolvendo, elaborando e executando planos e programas educacionais juntamente com outros órgãos e entidades da educação.

De acordo com o Censo escolar de 2022 (INEP), a rede municipal conta com 79 escolas de educação infantil, 64 escolas de ensino fundamental e 1 escola de ensino médio.

Conforme a tabela 3, em 2021 o número de matrículas da educação básica na rede municipal era de 25.582 e estava dividido desta forma: 3.561 na educação infantil, 21.841 no ensino fundamental e 180 no ensino médio. No ano de 2022, a tabela nos mostra os seguintes dados: 25.894 matrículas no total, sendo: 3.870 matrículas na educação infantil, 21.919 no ensino fundamental e 105 no ensino médio. Os números da tabela demonstram que a principal área de atuação do município é no ensino fundamental. O ensino médio, atualmente ofertado por uma única escola da rede municipal, vem sendo descontinuado gradualmente, por isso o número de matrículas diminuiu entre os anos de 2021 e 2022.

TABELA 3 - MATRÍCULAS POR ETAPA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Etapa	Matrículas	
	2021	2022
Educação Infantil	3.561	3.870
Ensino Fundamental	21.841	21.919
Ensino Médio	180	105

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

Nas tabelas 4 e 5 aparecem os dados relativos às taxas de distorção idade série e de rendimento escolar das etapas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio do ensino regular da educação básica, referentes aos anos de 2021 e 2022. Através dos dados, é possível perceber que ocorreu uma redução na taxa de distorção idade-série de 2021 para 2022 nas etapas do ensino fundamental e ensino médio.

TABELA 4 - TAXAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

<u>Etapa</u>	<u>Taxas de distorção idade-série</u>	
	2021	2022
Ensino Fundamental	17,6%	13,7%
Ensino Médio	45,6%	31,4%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>

A tabela 5 apresenta dados relativos às taxas de rendimento escolar, considerando o ano de 2021. Os números disponíveis são reflexo do retorno pós pandemia e a taxa de reprovação demonstra a decisão acerca da não-reprovação no período pandêmico

TABELA 5 - TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR (Aprovação, Reprovação e Abandono) POR ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

	<u>Taxa de aprovação</u>	<u>Taxa de reprovação</u>	<u>Taxa de abandono</u>
	2021	2021	2021
Ensino Fundamental	99,4%	0%	0,6%
Ensino Médio	99,5%	0%	0,5%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>

Nas tabelas 6 e 7 constam as informações referentes ao número de docentes na educação básica do município assim como os níveis da adequação de suas formações em relação a etapa/modalidade, área e/ou ano em que atuam de acordo com as características dos grupos que se enquadram. O número de docentes tem acompanhado o movimento no número de matrículas da educação básica, com crescimento nas etapas da educação infantil e ensino fundamental e decréscimo no ensino médio. Em relação à adequação docente, o ensino fundamental tem mais da metade dos seus docentes no grupo 1, que considera aqueles com formação superior em licenciatura ou bacharelado com complementação na área que atua, no entanto, o número de docentes sem formação superior em licenciatura, nessa mesma etapa,

aumentou do ano de 2021 para 2022 (grupo 5). Outro ponto importante a observar são os dados do grupo 3, nas diferentes etapas. Esse grupo representa os professores que estão atuando em áreas diferentes da sua formação e apesar de apresentar redução de 2021 para 2022 nas etapas da educação infantil e ensino fundamental, ainda é um número expressivo. Por fim, o grupo 2 - docentes com formação superior licenciatura ou bacharelado na mesma área que leciona, sem complementação pedagógica - representa o menor percentual de docentes nas 3 modalidades da educação básica.

TABELA 6 - NÚMERO DE DOCENTES POR ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

<u>Etapa</u>	<u>Nº de DOCENTES</u>	
	2021	2022
Educação Infantil	448	555
Ensino Fundamental	1154	1285
Ensino Médio	27	19

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

TABELA 7 - ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE

<u>Etapa</u>	<u>Formação docente</u> ¹	
	2021	2022
Educação Infantil	Grupo 1 - 71,4% Grupo 2 - 0,3% Grupo 3 - 11,3% Grupo 4 - 3,9% Grupo 5 - 13,1%	Grupo 1 - 73,9% Grupo 2 - 0,8% Grupo 3 - 8,8% Grupo 4 - 1,2% Grupo 5 - 15,3%
Ensino Fundamental	Grupo 1 - 61,2% Grupo 2 - 1,7% Grupo 3 - 25,3% Grupo 4 - 3,1% Grupo 5 - 8,7%	Grupo 1 - 63,1% Grupo 2 - 2,3% Grupo 3 - 18,4% Grupo 4 - 2,4% Grupo 5 - 13,8%
Ensino Médio	Grupo 1 - 77,1% Grupo 2 - 0% Grupo 3 - 16,5% Grupo 4 - 6,4% Grupo 5 - 0%	Grupo 1 - 79,3% Grupo 2 - 0% Grupo 3 - 17,2% Grupo 4 - 3,5% Grupo 5 - 0%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>

A tabela 8 apresenta as notas do IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio, assim como os resultados das provas de Língua portuguesa e matemática que compõem a SAEB de 2021. O município tem as médias da nota do IDEB nos anos iniciais e finais do ensino fundamental praticamente iguais às médias nacional. Nas provas do SAEB, podemos perceber uma pequena melhora em relação às médias do país. Não podemos comparar os índices do ensino médio, pois as médias do município não foram divulgadas no site do INEP.

¹ Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona.

Grupo 4 - Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores.

Grupo 5 - Docentes sem formação superior.

TABELA 8 - RESULTADOS DO IDEB E PROVA SAEB

	NACIONAL (média)			MUNICIPAL (média)		
	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino médio	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino médio ²
IDEB	5,8	5,1	4,2	5,9	5,1	**
PROVA SAEB Português	208,09	260,41	275,89	213,37	264,85	**
PROVA SAEB Matemática	216,92	258,59	270,85	218,92	256,80	**

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>

3.4 - Conhecendo as três escolas participantes

Para a caracterização das escolas foram utilizados dados disponibilizados pelo INEP, além de informações coletadas in loco pela pesquisadora. As escolas serão identificadas de maneira fictícia com o uso das letras A, B e C a fim de garantir o anonimato e confidencialidade dos entrevistados para essa pesquisa.

A escola **A** ocupa uma pequena área e está estruturada em um pequeno prédio de apenas um pavimento, localizado na zona rural do município, distante 20 km da mantenedora. Considerando os espaços de aprendizagem e organização, conta com salas de aula, secretaria e uma pequena pracinha. Possui cozinha, mas sem refeitório. Na infraestrutura básica conta com banheiros (sem acessibilidade), abastecimento de água e luz pela rede pública, além do serviço de coleta de lixo. A respeito dos recursos de acessibilidade, possui rampa de acesso ao pátio e a entrada do prédio. Acesso a internet, lousas digitais e computadores para uso técnico e administrativo são os recursos tecnológicos.

Atende 62 alunos que estão matriculados nas etapas da educação infantil e ensino fundamental regular, divididos entre 7 turmas que vão da pré-escola ao 5º ano, nos turnos da manhã e tarde. O corpo docente é composto por 7 professores atuantes em sala com regência ou hora atividade (HA)

No que diz respeito ao indicador de complexidade de gestão, a escola se encontra no nível 2. Segundo o INEP, esse nível representa escolas que, em geral,

² Dados não divulgados no site do INEP.

possuem entre 50 e 300 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada. A escola não possui IDEB pois não contempla os requisitos mínimos para aplicação da prova que é de ao menos 10 alunos por turma no 5º ano.

As tabelas 9 e 10, apresentam informações do INEP sobre os índices de aprovação, reprovação e abandono do ano de 2021 e de distorção idade-série nos anos iniciais, no período de 2021 e 2022. As taxas de rendimento apresentam resultados que são reflexo do período da pandemia, já que durante esse período, não tiveram reprovações por baixo rendimento. Sobre os índices de distorção idade-série, percebe-se que a escola conseguiu avançar na adequação dos alunos em relação a essa taxa.

TABELA 9 - TAXAS DE RENDIMENTO

ANOS INICIAIS - ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR							
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	TOTAL Anos iniciais
2021	APROVAÇÃO	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	REPROVAÇÃO	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	ABANDONO	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>

TABELA 10 - TAXAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

	2021	2022
TOTAL	3,9%	0%
1º ANO	0%	0%
2º ANO	0%	0%
3º ANO	0%	0%
4º ANO	0%	0%
5º ANO	25,0%	0%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorca-o-idade-serie>

A tabela 11 mostra os dados de 2021 e 2022 referentes ao esforço docente, de acordo com os níveis indicados no INEP, dos professores que atuam nessa escola. Pode-se perceber que o corpo docente se manteve nos mesmos níveis nos anos de

2021 e 2022, mas com mudanças na distribuição entre eles. Observamos redução no número de docentes nos níveis 1 e 4 e aumento de docentes no nível 3.

TABELA 11 - TAXAS DE ESFORÇO DOCENTE³

		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5	NÍVEL 6
2021	TOTAL	33,4%	0%	33,3%	33,3%	0%	0%
	ANOS INICIAIS	33,4%	0%	33,3%	33,3%	0%	0%
2022	TOTAL	25%	0%	50%	25%	0%	0%
	ANOS INICIAIS	25%	0%	50%	25%	0%	0%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/esforco-docente>

A escola **B** ocupa uma área média e está estruturada em dois prédios de apenas um pavimento. Está localizada na área urbana, em um bairro com comércios variados e fácil acesso à principal avenida da cidade. Está distante 5,5 km da mantenedora. Considerando os espaços de aprendizagem e organização, conta com salas de aula, biblioteca, pracinha, quadra de esportes, pátio com bastante espaço para atividades no recreio, refeitório, sala dos professores, secretaria e sala da direção. Na infraestrutura básica conta com banheiros (com acessibilidade) e banheiros para a educação infantil, abastecimento de água e luz pela rede pública, além do serviço de coleta de lixo. A respeito dos recursos de acessibilidade, possui rampa de acesso ao pátio e à entrada dos prédios, corrimão e sala de recursos multifuncionais. Acesso à internet banda larga, lousas digitais, computadores para uso técnico e administrativo, são os recursos tecnológicos.

Atende 200 alunos nas etapas de educação infantil e ensino fundamental regular, divididos entre 11 turmas da pré-escola ao 6º ano, nos turnos da manhã e tarde. O corpo docente é composto por 15 professores atuantes em sala com regência ou hora atividade (HA)

³ Nível 1 - Docente que, em geral, tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.

Nível 2 - Docente que, em geral, tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.

Nível 3 - Docente que, em geral, tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa.

Nível 4 - Docente que, em geral, tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas.

Nível 5 - Docente que, em geral, tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

Nível 5 - Docente que, em geral, tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

Nível 6 - Docente que, em geral, tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

No que diz respeito ao indicador de complexidade de gestão, a escola se encontra no nível 3. Segundo o INEP esse nível representa escolas que, em geral, possuem entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada. Sem nota do IDEB no site do INEP, pois o número de participantes no SAEB foi insuficiente para que os resultados fossem divulgados.

As tabelas 12 e 13 apresentam informações do INEP sobre os índices de aprovação, reprovação e abandono do ano de 2021 e de distorção idade-série nos anos iniciais, no período de 2021 e 2022, desta escola. Assim como na escola anterior, os índices representam as condições do período pós pandemia. Os dados sobre distorção idade-série mostram uma redução significativa nos resultados totais da escola. Quando analisamos apenas os anos iniciais do ensino fundamental, apesar de uma redução no índice geral desta etapa, chama a atenção o aumento das taxas no 1° e no 5° ano.

TABELA 12 - TAXAS DE RENDIMENTO

ANOS INICIAIS - ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR							
		1° ANO	2° ANO	3° ANO	4° ANO	5° ANO	TOTAL Anos iniciais
2021	APROVAÇÃO	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	REPROVAÇÃO	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	ABANDONO	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>

TABELA 13 - DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

	2021	2022
TOTAL	11,2%	6,9%
TOTAL - Anos iniciais	6,3%	4,6%
1º ANO	0%	2,9%
2º ANO	0%	0%
3º ANO	4,8%	0%
4º ANO	15%	5,9%
5º ANO	11,1%	18,8%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>

A tabela 14, apresenta os dados de 2021 e 2022 referentes ao esforço docente de acordo com os níveis indicados no INEP dos professores que atuam nessa escola. Observando os dados de 2022 em relação ao ano anterior, percebemos que a maioria dos docentes em da escola se mantêm no nível 3, inclusive em número maior. Em contrapartida, entre os professores que atuam nos anos iniciais, a maioria, que em 2021 se concentrava no nível 1, onde o esforço docente é menor, no ano de 2022 representa um número maior no nível 4 de esforço.

TABELA 14 - TAXAS DE ESFORÇO DOCENTE

		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5	NÍVEL 6
2021	TOTAL	25,0%	16,7%	16,7%	33,3%	8,3%	0%
	ANOS INICIAIS	42,8%	0%	28,6%	28,6%	0%	0%
2022	TOTAL	13,3%	6,7%	20%	53%	0%	6,7%
	ANOS INICIAIS	22,3%	0%	33,3%	44,4%	0%	0%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/esforco-docente>

A escola **C** ocupa uma área média e está estruturada em dois prédios de apenas um pavimento. Está localizada na área urbana, em um bairro periférico, distante da avenida principal da cidade. Ao lado da escola tem uma USF (unidade de saúde da família) e um Ecoponto, destinado a coleta de materiais recicláveis, além de algumas indústrias alimentícias. Está distante 8,5 km da Mantenedora. Considerando os espaços de aprendizagem e organização, conta com salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, pracinha, quadra de esportes, pequeno pátio, refeitório,

sala dos professores, secretaria e sala da direção. Na infraestrutura básica conta com banheiros (com acessibilidade) e banheiros para a educação infantil, abastecimento de água e luz pela rede pública, além do serviço de coleta de lixo. A respeito dos recursos de acessibilidade, possui rampa de acesso ao pátio e à entrada dos prédios e sala de recursos multifuncionais. Acesso a internet banda larga, lousas digitais, computadores para uso técnico e administrativo, são os recursos tecnológicos.

Atende 450 alunos nas etapas de educação infantil e ensino fundamental regular, divididos entre 22 turmas da pré-escola ao 6º ano, nos turnos da manhã e tarde. O corpo docente é composto por 26 professores atuantes em sala, com regência ou hora atividade (HA).

No que diz respeito ao indicador de complexidade de gestão, a escola se encontra no nível 3. Segundo o INEP esse nível representa escolas que, em geral, possuem entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada. A nota do IDEB (2021) é 5,0 e os resultados nas provas do SAEB no 5º ano do ensino fundamental são:

- PORTUGUÊS - 184,50
- MATEMÁTICA - 194,65

As tabelas 15 e 16 trazem informações do INEP sobre os índices de aprovação, reprovação e abandono do ano de 2021 e de distorção idade-série nos anos iniciais, no período de 2021 e 2022. As taxas de rendimento apontam que nas turmas de 3º, 4º e 5º ano houve abandono de alunos, com um número maior no 5º ano. Os dados da tabela 16, indicam que a taxa de distorção idade-série diminuiu na escola em geral e nos anos iniciais do ensino fundamental, com exceção do 1º ano que teve um pequeno aumento, provavelmente de alunos matriculados tardiamente, já que não ocorre reprovação no 1º ano.

TABELA 15 - TAXAS DE RENDIMENTO

ANOS INICIAIS - ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR							
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	TOTAL anos iniciais
2021	APROVAÇÃO	100%	100%	98,3%	98,4%	97,8%	99%
	REPROVAÇÃO	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	ABANDONO	0%	0%	1,7%	1,6%	2,2%	1%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>

TABELA 16 - DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - ANOS INICIAIS

	2021	2022
TOTAL	15,3%	10,8%
TOTAL - Anos iniciais	13,0%	6,8%
1º ANO	0%	1,6%
2º ANO	1,6%	3,3%
3º ANO	8,8%	3,4%
4º ANO	21,9%	20,0%
5º ANO	35,3%	40,0%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>

Na tabela 17, os dados de 2021 e 2022 referentes ao esforço docente, considerando todos os professores que atuam nessa escola, demonstram que em 2021 a maioria deles se encontrava no nível 1, que representa um menor esforço docente, no entanto em 2022 esse quadro teve uma mudança e a maioria deles estava no grupo 4. Quando observamos apenas os dados referentes aos docentes dos anos iniciais, percebemos que em 2021 eles estavam distribuídos em apenas 3 níveis com o maior número no nível 1. Já no ano de 2022, eles aparecem distribuídos em 5 níveis, com a maioria nos níveis 1 e 3.

TABELA 17 - TAXAS DE ESFORÇO DOCENTE

		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5	NÍVEL 6
2021	TOTAL	37,4%	6,3%	25,0%	25,0%	6,3%	0%
	ANOS INICIAIS	54,5%	0%	36,4%	0%	9,1%	0%
2022	TOTAL	23,8%	9,5%	23,8%	38,1%	0%	4,8%
	ANOS INICIAIS	31,1%	6,3%	31,3%	25%	0%	6,3%

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/esforco-docente>

4 - A POLÍTICA E FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE MUNICIPAL DE GRAVATAÍ

Depois de compreendermos melhor os principais conceitos que fomentam essa pesquisa, é chegado o momento da análise dos dados coletados. Para isso, é fundamental retomar o objetivo central deste trabalho que é compreender como a rede municipal de Gravataí tem se organizado e implementado as políticas públicas para a formação continuada dos professores, analisando qual a relação entre a formação continuada docente e a qualidade da educação nos anos iniciais na rede municipal de Gravataí. Para isso, utilizamos os objetivos secundários como norteadores para a análise dos documentos e das entrevistas coletadas.

Nesta primeira parte está a análise da atual política de formação continuada docente, sua implementação e importância para a qualidade da educação pela perspectiva do Estado, através da secretaria municipal de educação (SMED).

Nos documentos do município que tratam sobre a qualidade da educação da educação básica e de seus objetivos contém informações sobre a Lei 3685/2015, de 9 de outubro de 2015 que institui o Plano Municipal de Educação com vigor no prazo de 10 anos com objetivo de cumprir a Lei nº 13.005/14 do Plano Nacional de Educação PNE, e do artigo 214 da Constituição Federal. As diretrizes do PME estão em consonância com o PNE e são as seguintes:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos(as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Destaco o item que trata sobre a melhoria da qualidade da educação para iniciar a análise sobre a visão e a realidade do município em relação a essa meta. Essa pesquisa trata do conceito de qualidade da educação pela perspectiva de alguns indicadores que foram citados anteriormente, dentre eles está o indicador sobre a formação continuada docente.

Sobre a formação continuada docente o Referencial Teórico de Gravataí (RTG), traz como principal ideia as características do processo de ensino e aprendizagem que vêm mudando nesses últimos tempos e que já não tornam possível uma escola que trilha o caminho da educação tradicional, que no documento é trazido com o termo “retrô”. O documento traz um ponto importante sobre o papel do professor e a necessidade da formação continuada docente e diz assim:

Ao professor não lhe foi tirada a função de ensinar, apenas a função ganhou uma complexidade que exigirá maior estudo e preparo para serem executadas, pois requerem entender dos processos mentais e as características desta nova geração de alunos. E dentro dessa necessidade de mais estudo e aprofundamento, entra o papel essencial da formação continuada. (SANTOS; MIGLIAVACCA, p.42)

Fica claro nesse trecho do documento que a rede municipal de educação de Gravataí, através da secretaria municipal de educação, tem consciência sobre a importância de ter seu corpo docente atualizado e preparado para acompanhar as diferenças e os avanços na área educacional que vem ocorrendo nas últimas décadas e que esse processo deve acontecer com momentos de estudos e aprofundamento planejados para a formação continuada. Ainda, de acordo com a coordenação pedagógica da SMED quando perguntada sobre a importância da rede municipal ter uma política de formação continuada, trouxe a seguinte reflexão: “Sim, e a gente vem aprimorando isso aqui na rede já faz uns 4 anos, essa formação continuada para que a gente possa capacitar os nossos professores para que eles possam estar melhor preparados pra trabalhar com essa demanda de alunos com dificuldades.”

No que diz respeito à organização e o planejamento da formação continuada a coordenação pedagógica nos diz que o calendário é pensado e organizado por eles (SMED):

A gente tem aqui, desde o início desse ano foi implantado o núcleo de desenvolvimento que é responsável por essas formações pedagógicas. Então, no início do ano a gente faz um planejamento pro ano todo, mas não quer dizer que às vezes a gente não tenha que modificar esse planejamento conforme a demanda que tá vindo ali, mas a gente tenta seguir. (fala da coordenadora pedagógica)

Porém, é importante informar, que após análise das entrevistas realizadas e documentos analisados apontam para uma terceirização das atividades relacionadas a formação continuada, estabelecendo parceria com a empresa Soluções Moderna Editora e Serviços Educacionais Ltda, instituído uma parceria público-privada que foi firmada pelo município na contratação desse pacote. A Secretaria municipal de educação apresenta o que precisa ser trabalhado e a empresa contratada fica com a responsabilidade de buscar palestrantes e organizar a dinâmica dessas reuniões formativas, como podemos compreender na fala do entrevistado do setor pedagógico da SMED.

Até então a gente tinha o ensino estruturado da Positivo, a gente seguia com as formações relacionadas ao ensino da positivo, agora o ensino estruturado da Moderna, Set Brasil a gente consegue conversar com eles e pedir pra que eles nos forneçam os palestrantes de acordo com a temática que a gente quer. Então quem elabora essas formações somos nós e eles nos auxiliam na busca desses palestrantes. Eles nos dão os palestrantes, por vezes a gente não precisa pagar, porque isso já está incluso dentro do pacote, essa é a diferença, inclusive entre o ensino estruturado e o livro do PNLD. O PNLD não nos fornece formação nenhuma, o ensino estruturado já está dentro de um pacote, mas não é a editora que diz quais as formações, quem faz isso somos nós e a editora vai em busca dos melhores formadores pra nós. (resposta do entrevistado(a) representante da coordenação pedagógica da SMED).

A contratação desse pacote de serviços da empresa Soluções Modernas Editora e Serviços Educacionais Ltda, que promete as soluções necessárias para atingir os índices que o município busca para a garantia de uma educação de qualidade, caracteriza o modelo de gerencialismo que vem ocorrendo na administração da educação da rede municipal e o enfraquecimento e desresponsabilização do Estado perante esse Direito Constitucional.

Na adesão desse pacote de serviços os materiais didáticos estão postos como uso obrigatório e conforme um decreto do atual prefeito qualquer outra prática pedagógica deve ser somada à proposta do ensino estruturado. Abaixo, a íntegra do Decreto:

D E C R E T O N° 1 9 . 5 3 9 , D E 1 0 D E M A R Ç O D E 2 0 2 2 .

Dispõe sobre o Sistema de Ensino Estruturado para as Escolas da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAÍ, no uso de suas atribuições, conforme o art. 58, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A :

Art. 1º As escolas da rede municipal de Gravataí, no que tange aos níveis de Educação

Infantil (EMEI) e Ensino Fundamental (EMEFs), a Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial para Surdos e a Escola Municipal de Ensino Médio Santa Rita de Cássia passam a adotar o Sistema de Ensino

Estruturado Set Brasil, na primeira Etapa da Educação Básica - Educação Infantil, Pré-Escola I e II e em todas as turmas do Ensino Fundamental.

Art. 2º Quaisquer metodologias e/ou outros processos pedagógicos utilizados pelas escolas devem ser somados à proposta do Sistema de Ensino Estruturado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De acordo com esse Decreto, qualquer outra prática pedagógica deve ser somada à proposta do ensino estruturado, com a obrigação de cumprir o conteúdo dos livros didáticos durante o ano letivo em toda a educação básica do município. Além disto, outro documento denominado como Termo de Referência, traz a justificativa para a contratação deste serviço reforça esta afirmativa dizendo que

A opção pelo Sistema de Ensino demonstra a necessidade de um direcionamento das práticas docentes, de assistência direta à metodologia do professor, assim como um arsenal de outros recursos os quais qualificarão o processo educativo, aplicando metodologias e estratégias didático-pedagógicas condizentes com a proposta de educação sistêmica, fortalecendo a competência pedagógica de docentes e equipes gestoras. (p.4)

Bom, se os professores perderam a sua autonomia na elaboração das suas práticas pedagógicas nos processos de ensino e aprendizagem, quais impactos terão essas formações para auxiliá-los nas demandas cotidianas nas escolas? Parece que há contradições entre a forma de pensar a formação continuada, com o que de fato tem ocorrido na prática, enquanto os documentos oficiais trazem o papel da formação continuada como essencial para suprir a necessidade de mais estudo e aprofundamento dos conhecimentos pedagógicos dos professores, a prática dessa “formação continuada” atualmente se configura em encontros esporádicos para capacitação dos professores com o objetivo explícito de orientar e dar sugestões aos docentes sobre suas práticas pedagógicas de acordo com os conteúdos a serem trabalhados nos livros didáticos fornecidos pela rede. Parece que é “o intento de definir perfis profissionais, relações pedagógicas, teorias e práticas educativas e [...] o que se ambiciona é administrar os profissionais da educação [...]” (Evangelista e Shiroma, 2004, p.535)

As autoras ainda levantam a hipótese de que

[...] a política de profissionalização de professores e gestores, nos moldes em que vem sendo implantada, tem por objetivo não o aumento da qualificação do quadro do magistério, mas, sim, a sua desintelectualização para, desse modo, torná-los pragmáticos, diminuindo-lhes a capacidade de intervenção consciente [...].

Quando questionada sobre os principais desafios atualmente enfrentados nos anos iniciais pelos professores, a coordenação da SMED trouxe questões

relacionadas ao afastamento dos alunos das escolas, a falta de rotina, como consequência da pandemia, e dos impactos que o processo de alfabetização está sofrendo por conta disso.

“Os professores têm enfrentando alunos mais agitados, alunos sem rotina, alunos com dificuldades de adaptação, porque eles tiveram um período intenso em casa, eles perderam a rotina escolar, eles perderam as regras, os limites, eles ficam acostumados a estar em frente a um computador ou celular, na frente de uma tv ou soltos na rua [...] e isso com certeza vai impactar o período de alfabetização desses alunos”. (fala da coordenadora pedagógica da SMED)

Ainda que o foco a ser debatido nesta pesquisa não seja o uso dos materiais didáticos pelas escolas, não podemos deixar de lado a relação intrínseca que eles têm com a formação continuada ofertada pela mantenedora e as restrições que acompanham essa obrigatoriedade do uso dos livros. Apesar de a SMED identificar que os principais desafios a serem vencidos nessa etapa da educação básica estão relacionadas à convivência, conhecimento e adaptação da rotina escolar, uso excessivo de telas, dentre outros, ainda insistem em reuniões, que denominam de formação continuada, com temas limitados ao conteúdo dos livros didáticos e o uso das lousas digitais, que são vistas como o “boom” da tecnologia nas escolas, e responsáveis pela ilusão de avanços na qualidade da educação básica do município, mesmo que, por falta de acesso à internet de qualidade, algumas escolas são prejudicadas no uso desse recurso. “Esse ano, por exemplo, a gente fez formações na área da tecnologia, das metodologias ativas, do uso da lousa, do uso de mais recursos digitais” (coordenação pedagógica, SMED)

A fim de trazer mais clareza sobre essas reuniões formativas, foi solicitado à SMED, via Lei de Acesso à Informação 12.527, o quadro de planejamento de formação continuada do ano de 2022 com informações sobre os temas trabalhados, datas dos encontros, os palestrantes responsáveis e o número de docentes que participaram das formações, assim como o planejamento para o presente ano. Até o momento de finalização desta pesquisa as solicitações não foram atendidas.

4.1 - Um olhar a partir de três escolas da rede

É consenso do corpo docente das escolas participantes da pesquisa que a formação inicial docente não é suficiente para a garantia de uma educação de qualidade que contemple a diversidade social e cultural dos espaços escolares. As falas demonstram que a experiência adquirida com a prática docente, as trocas de vivências entre pares e a formação continuada são indispensáveis para garantir a

qualidade da educação almejada. “Minha formação inicial é a base, porém, toda a minha caminhada, o que mais agregou minha prática foram as outras formações que eu fiz. Sempre busquei formações em função do plano de carreira, eu sempre gostei muito de fazer formações” (professora 4). “[...] quando a gente sai de um curso, tanto um curso ensino médio, a faculdade, depois tem que continuar indo atrás, tu ganha o embasamento né, depois tudo que eu aprendi foi com a minha experiência, foi convivendo com o aluno, porque nós temos a teoria, a prática a gente só vai aprender na escola” (professora 2). “Acho que têm muitos cursos que a gente tem que buscar né, até têm muitas coisas que a gente troca entre as professoras, uma faz um curso e descobre um conteúdo legal e compartilha com as outras” (supervisora).

Sendo a formação continuada um dos indicadores da qualidade da educação, vamos analisar pelo olhar dos sujeitos das escolas, quais suas percepções sobre os encontros formativos organizados pela SMED e pelas escolas e os impactos na qualidade da educação ofertada.

Na análise dos PPP's das escolas, fica claro que são extremamente importantes esses momentos formativos, contanto que sejam bem planejados e organizados, com temas que atendam a demanda da escola permitindo a reflexão da prática pedagógica, o aprofundamento da teoria e trocas de experiências entre pares com o intuito de melhorar as ações em sala de aula e o processo de ensino e aprendizagem, “[...] incentivando a apropriação dos saberes na busca da autonomia, levando-os à uma prática crítica e reflexiva, a partir da análise da realidade da comunidade e dos saberes derivados da experiência docente” (PPP, escola B)

O projeto de formação continuada se desenvolverá ao longo de cada ano letivo, num total de 30 horas, a ser desenvolvido com os professores, Equipe Diretiva e Coordenação Pedagógica. O enfoque se dará na reflexão da prática pedagógica e possíveis mudanças nas ações de salas de aula e setores. Serão utilizadas dinâmicas, técnicas e estudos de referenciais teóricos que enfoquem os assuntos que forem demandas e/ou sugeridos no ano letivo anterior, propiciando o diálogo, a troca de experiências e a comunicação dos participantes. A Formação continuada será coordenada pela Equipe Diretiva da Escola. (PPP, escola A)

Antes de analisar a percepção dos professores e dos representantes do setor da coordenação pedagógica, acho importante retomar o quesito que diz respeito à escolha desses sujeitos que atuam nas escolas. Tendo como hipótese que essas formações continuadas têm relevância e impacto diferentes nos professores de acordo com o seu tempo de experiência, foram escolhidos 5 professores(as) no total, considerando 25 anos como tempo médio de um professor no exercício da docência

e usado como critério para a escolha o tempo de atuação, que foi dividido da seguinte maneira: início de carreira até 8 anos de atuação, meio de carreira entre 9 e 16 anos e fim de carreira com mais de 17 anos em exercício docente, 01 orientador(a) pedagógico, 01 supervisor(a) pedagógico reforçar o critério para escolha dos docentes que atuam em sala de aula.

Analisando as falas dos entrevistados é possível perceber que as reuniões formativas têm impactos diferentes de acordo com o tempo de atuação. Quando questionados sobre a importância da rede municipal ter uma política de formação continuada, a resposta de alguns contesta a qualidade desses encontros formativos. Segundo eles, os encontros já não conseguem atender às necessidades dos professores com as dificuldades do cotidiano em sala de aula. Os trechos a seguir são de professoras em fim de carreira, com mais de 25 anos de exercício docente:

Eu acho tudo muito pronto, muito mecânico, acho que não atende às nossas necessidades, acho que tinha que ser coisas que despertam mais nossos alunos e isso aí somos nós que fazemos, as formações a gente só faz mesmo porque tem que fazer, cumprir carga horária, tem que ir lá, tem que fazer a formação [...] (professora 2)

Depende do tipo de formação. Não essas formações forçadas, mas uma formação de qualidade que tenha a ver com o ensino realmente. Muitas vezes é uma formação que tu já tá cansada de ouvir, pra gente que já tem tantos anos de carreira já ouvimos aquilo ali milhares de vezes.[...] (professora 3)

Para outros professores, esses encontros formativos agregam e auxiliam nas suas demandas do dia a dia.

Eu acredito que sim, porque o que eu vivenciei neles impacta na minha sala de aula, no meu planejamento, então a gente consegue aprender coisas novas e algumas vezes são coisas simples que muitas vezes a gente não pensa. Como falei antes, eu acho importante esses momentos de trocas com outros professores. (professora 1, 3 anos de carreira)

Eu acho importante pela troca, porque às vezes tu tá em uma situação que tu não sabes o que fazer, então têm colegas que te ajudam nessas formações. As pessoas que estão dando a formação te ajudam, te dão um norte, tu não ficas assim sozinho, sem saber o que fazer com aquilo ali, tu tens como compartilhar. E o melhor dessas formações é a troca com os colegas e também poder pedir auxílio e trocar também com as pessoas da formação, pra gente poder atuar de uma maneira melhor. Eu acho bem positivo. (orientador educacional, 25 anos de carreira)

Ao analisarmos esses relatos, entendemos que as reuniões formativas precisam trabalhar assuntos que alcancem a realidade das escolas e da rotina escolar, mas além disso, proporcionar momentos de trocas de experiência e reflexões entre o corpo docente, construindo, a partir do que foi estudado, caminhos para desenvolverem suas práticas pedagógicas de maneira que façam sentido para a

realidade que vivem. Esses momentos de conversas entre os professores, onde podem expor suas dificuldades, compartilhar experiências, olhar sobre a prática do outro e refletir sobre a sua, só é possível se os encontros promovem esses espaços. De acordo com os professores e coordenação pedagógica das escolas, as reuniões formativas organizadas pela SMED não oferecem esses momentos. Com o modelo de ensino estruturado, as formações ficam limitadas à discussões sobre os conteúdos dos livros didáticos e dos demais recursos digitais que fazem parte do pacote. Em contrapartida, as reuniões de formação continuada que são organizadas pelas escolas têm promovido encontros para debater e pensar estratégias sobre temas que atendam às suas demandas e, em algumas situações, com a participação efetiva dos professores, considerando seus conhecimentos prévios e a experiência que acumularam das suas formações e práticas pedagógicas.

A própria escola organiza outras formações com seus próprios professores. Então, às vezes a gente faz uma troca de ideia entre os professores, às vezes a gente traz alguém de fora. Nós temos colegas que fazem doutorado, mestrado, então a gente aproveita o conhecimento dessas pessoas também pra poder trazer coisas diferentes. Então é na escola que a gente procura abrir o horizonte pra outras dinâmicas de formação continuada. As da secretaria não tem muito aproveitamento porque a vive essa situação de um sistema engessado. A gente não precisaria que alguém nos ensinasse a trabalhar com livros, a gente precisa de novas ideias e atualizações. (professora, 5)

A secretaria de educação tem nos ofertado formações considerando o material que está sendo oferecido da Editora Moderna, porém, eu, particularmente e pessoalmente como professora sou uma pessoa que tenho vocação, amo o que faço e sempre fiz o meu melhor na minha prática, penso que as coisas vêm um pouco engessadas[...] Aqui na escola a nossa diretora possibilitou que nós mesmas fizéssemos formações com as colegas e foi maravilhoso. Então, teve uma parte que eu fui formadora, outra parte que foi outras colegas. Foi mais significante, foi muito prazeroso a gente trocou experiência, foi enriquecedor, eu vi que as pessoas gostaram. [...] (professora 4)

As formações da escola tem alguns temas que elas perguntam se a gente gostaria de trabalhar, a gente pode dar opinião. Agora a da secretaria de educação eles até pedem sugestões no final da reunião, mas não tem um retorno. Que nem agora, veio a moderna e só está tendo em relação a moderna e o que a gente acaba assistindo? eles mudando as páginas do livro. Dizendo como tem que trabalhar como se a gente não tivesse experiência na sala de aula. Porque ler um livro é uma coisa, na sala de aula tem outra experiência. Nem sempre tu vai conseguir trabalhar o que tu quer. (professora 3)

Em suma, as reuniões de formação continuada representam para esses profissionais momentos que propiciem diálogo, compartilhamento de vivências da sala de aula e aprofundamento nos estudos. Informações atualizadas que contribuam para

a reflexão crítica e melhoria de suas práticas pedagógicas, fortalecendo sua confiança, garantindo a autonomia docente, respeitando e valorizando, sobretudo, a experiência dos professores. Apesar disso, o que percebemos nas formações organizadas e oferecidas pela SMED são encontros esporádicos que não fomentam a comunicação e a socialização entre pares e que por consequência do objetivo de “formar para o uso dos livros e outros recursos digitais”, interferem diretamente na autonomia dos professores, desconsiderando a heterogeneidade das turmas, as especificidades de cada escola e desvalorizando o conhecimento profissional do professor.

O decreto que institui a obrigatoriedade do uso dos materiais didáticos direciona a prática dos professores e sobrepõe o conteúdo dos livros a qualquer outra prática pedagógica, “qualquer outra prática pedagógica deve ser somada à proposta do ensino estruturado”. Este decreto afeta diretamente a liberdade de cátedra do professor é garantida na Constituição Federal, Art 206, que diz:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino [...] (CF, 1988, grifos meus)

Ainda que de forma velada, com o direcionamento da prática pedagógica para o conteúdo dos livros e a exigência que os livros sejam trabalhados na íntegra durante o ano letivo, contribui para que a liberdade do professor seja tolhida, indo de encontro ao artigo 206 da CF citado anteriormente.

Nesse ponto, deixo aberto o questionamento em torno da relação que há entre o uso obrigatório do material didático e a autonomia docente. Como a adesão ao ensino estruturado tem influenciado no desenvolvimento profissional e na constituição dos professores?

Ainda sobre os encontros formativos esporádicos que a secretaria oferece e que fazem parte do pacote contratado, podemos dizer que eles se disfarçam de formação continuada, cumprindo o papel de uma administração gerencial na educação que tem seu objetivo direcionado para a valorização da eficiência, da eficácia, da efetividade e da produtividade com intuito de alcançar resultados pré-estabelecidos.

Para finalizar a análise, retomo um dos objetivos que o município persegue desde que aderiu ao ensino estruturado que é aumentar o IDEB do ensino

fundamental. A tabela 18 apresenta os resultados do IDEB dos últimos anos do município (2015 e 2021), e demonstra que o crescimento é contínuo nesse período, com uma amplitude maior no resultado dos anos finais do ensino fundamental.

Quando comparamos a média do IDEB da rede total do município com a média nacional nos últimos anos, percebemos que desde 2019 o município vem se aproximando da média nacional e que em 2021 conseguiu ultrapassar os resultados em todo o ensino fundamental. No que diz respeito à comparação entre os resultados do IDEB dos anos iniciais e anos finais, entre a rede municipal de ensino e a rede total de ensino do município, não há diferença significativa nos resultados, justamente pela rede municipal abranger o maior número de matrículas nesta etapa da educação básica.

TABELA 18 - HISTÓRICO DO IDEB NO MUNICÍPIO

REDE TOTAL	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS	5,2	5,5	5,7	5,9
ANOS FINAIS	3,9	4,0	4,4	5,3
REDE MUNICIPAL				
ANOS INICIAIS	5,2	5,4	5,7	5,9
ANOS FINAIS	3,9	4,0	4,6	5,3
MÉDIA NACIONAL				
ANOS INICIAIS	5,5	5,8	5,9	5,8
ANOS FINAIS	4,5	4,7	4,9	5,1

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>

Mas, é importante refletirmos se estes dados do IDEB representam uma educação de qualidade. Entendo que não, este indicador não dá conta da complexidade da oferta de uma educação de qualidade.

5 - CONCLUSÃO

No presente trabalho foi desenvolvida a pesquisa para responder a seguinte problematização: **“Qual a relação entre a qualidade da educação básica e as políticas públicas para formação docente nos anos iniciais da rede municipal de Gravataí”?** Para definir a qualidade da educação, a presente pesquisa buscou analisar este conceito pela perspectiva dos indicadores que medem a qualidade educacional, dando maior ênfase ao indicador que trata da formação continuada docente.

Quando analisamos os documentos oficiais que tratam sobre a política de formação continuada dos professores da rede municipal de ensino, assim como a entrevista cedida pela coordenação pedagógica da SMED, concluímos que a mantenedora tem consciência sobre a importância desta política de formação continuada dos professores e a sua relação com a qualidade da educação, porém, durante a análise de detalhes acerca da implementação é possível perceber que os encontros formativos esporádicos que são organizados pela SMED não configuram, de fato, uma formação continuada de professores.

Foi constatado ainda que a política de formação continuada está acontecendo através de parcerias público-privada desde 2014, quando aderiram ao pacote de Ensino Estruturado da Editora Positivo e que foi substituído em 2022 pela empresa Set Brasil, estando baseada num sistema de gestão gerencial que descentraliza a responsabilidade do Estado, terceirizando os interesses e preocupações acerca dessa política. Essa parceria tem como principal objetivo, aumentar o IDEB do ensino fundamental da rede municipal. Quando observamos os resultados dos últimos anos, percebemos que o aumento do IDEB tem ocorrido de maneira progressiva, com maior amplitude nos anos finais do ensino fundamental. No entanto, é pertinente salientar que o cálculo do IDEB tem na sua base as taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono) e, portanto, o resultado de 2021 sofreu influência, já que não ocorreram reprovações por baixo rendimento.

No que diz respeito ao planejamento e organização dessas formações ofertadas pela secretaria de educação do município, concluímos que elas perseguem os objetivos de ensinar e preparar os professores para trabalhar com o modelo de ensino estruturado, logo, são pensadas e ofertadas para dar suporte aos docentes no uso dos livros didáticos e demais materiais da Editora Moderna, que são de uso obrigatório nas escolas da rede municipal. Além disto, é importante frisar que o

pagamento dos palestrantes está contemplado no valor do contrato de aquisição do pacote de Ensino Estruturado, portanto eles não ocorrem de maneira gratuita como sugere a fala do representante da secretaria municipal de educação (SMED). Outros detalhes acerca deste pacote contratado aparecem na qualidade dos livros didáticos. O material distribuído está desatualizado, com livros de 2018 e 2019, inclusive com alguns conteúdos idênticos aos livros distribuídos gratuitamente pelo PNLD.

De acordo com as percepções dos entrevistados que atuam dentro das escolas sobre suas formações iniciais, concluímos que esta etapa é a base para a docência e garante acesso ao embasamento teórico. No entanto, podemos perceber que, consideram insuficiente para a garantia de uma educação de qualidade que contemple a diversidade social e cultural dos seus alunos e que a prática do dia a dia, os momentos de diálogo, trocas de experiências entre pares e a formação continuada são responsáveis pelo aprendizado necessário para que consigam atender e resolver questões específicas que permeiam o ambiente escolar.

Outro ponto é que os professores (as) consideram importante a rede ter uma política de formação continuada, entendendo que é necessário a atualização teórica e inovação na prática pedagógica, mas questionam a qualidade e objetivos dessas formações oferecidas pela rede e demonstram insatisfação acerca da “invasão” que ocorre na sua prática pedagógica, interferindo na autonomia docente. Além disso, os docentes acreditam que as formações se tornam repetitivas e sem grande colaboração para sua prática e desenvolvimento de estratégias que sejam capazes de atingir resultados concretos sobre os objetivos que perseguem no processo de ensino e aprendizagem.

Analisamos também as reuniões de formação continuada que são planejadas e ofertadas pelas escolas. No foco dos objetivos destes encontros, estão as escolhas de temas que sejam pertinentes e atendam as demandas das escolas e a promoção de diálogo, troca de experiências e momentos de reflexão individual e coletiva. Os PPP's das escolas trazem a formação continuada como um ponto de relevante para a prática docente. Ambos citam dinâmicas que propiciem momentos de troca de experiências e vivências entre pares, promovendo o diálogo e troca de saberes com assuntos que atendam às demandas das escolas e da comunidade escolar, tornando a prática pedagógica mais reflexiva. Ainda, segundo os documentos, estas formações serão organizadas, coordenadas e promovidas pelas equipes diretivas.

Percebemos, através da visão do corpo docente das escolas, que o modelo de formação continuada que possibilita encontros entre os colegas, trocas de experiências e relatos de vivências em sala de aula produzem um efeito muito maior e produtivo nas suas práticas e conseqüentemente na qualidade da educação ofertada pela rede municipal do que a política atual implementada pela Secretaria Municipal de Educação de Gravataí

Portanto, levando em consideração os indicadores apresentado no início desta pesquisa, entende-se que a qualidade da educação na rede municipal de Gravataí está comprometida devido a política de formação continuada do município se caracterizar pela retirada da autonomia docente, pela não participação dos professores na escolha dos temas, pela desresponsabilização do estado com a oferta passando esta responsabilidade para uma parceria com uma instituição privada, pela ausência de um calendário de formação que atenda às necessidades dos docentes e das escolas e pela configuração dos encontros formativos oferecidos pela secretaria municipal de educação que não configuram uma formação continuada docente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria das Graças Nóbrega de; STELZENBERGER, Liliane; GONÇALVES, Margarida Maria Dias Monteiro. O Modelo Gerencialista e a Prática Docente. **Faculdades Cearenses**, Fortaleza, v. 6, p.1-13, fev. 2012.
- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013
- ANDREWS, Christina W. As policy sciences como "ciência": método e reificação. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 27, 2005.
- BAIROS, Mariângela. Políticas públicas educativas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática docente. **Revista Exitus**, v. 3, n. 1, p. 101-113, 2013. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/252>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- BALL, S. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisas**, v.35, pp.539-564, Set./Dez. 2005;
- BAUER, M; GLASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002
- BRASIL *Constituição* (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.
- _____. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez.1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm.
- _____. Instituto Nacional de Pesquisa Educacional. Dados e informações educacionais, 2007.
- _____. Instituto Nacional de Pesquisa Educacional. **Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa**, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G. et al. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 87-121.
- CASTRO, A. M. D. A. Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 24, n. 3, 2011. DOI: 10.21573/vol24n32008.19265. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19265>. Acesso em: 7 fev. 2023.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.de.; SANTOS, C.de A. A qualidade da educação conceitos e definições. **TEXTOS PARA DISCUSSÃO**, 2007, (24), 69-69.
- DYE, Thomas R. Understanding public policy. 13 ed. Boston: Longman, 2010 apud ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas: introdução**. 2021.
- EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- EVANGELISTA, O., SHIROMA, E. O. A colonização da utopia nos discursos sobre profissionalização docente. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 22, n. 02, jul./dez, 2004, p. 525-545.
- GATTI, Bernardete A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de formação de professores**: v.1, n.2, 2016.
- GRACINDO, Regina V. **Qualidade da Educação Básica nas Escolas Públicas do Brasil**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, 2006
- GRAVATAÍ, Lei 3685/2015, de 9 de outubro de 2015. Plano Municipal de Educação.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **CADERNOS CEDES**, ano XXI, n. 55, 2001.

HOWLETT, Michael; *Designing public policies: principles and instruments*. Abingdon: Routledge, 2011 apud ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas: introdução**. 2021.

IBGE, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gravatai/panorama>

INEP, Instituto Nacional de Pesquisa Educacional. **Dados e informações educacionais**, 2007.

INEP, Instituto Nacional de Pesquisa Educacional. **Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa**, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternativas and public policies**. 2. ed. Ann Arbor, University of Michigan, 2003.

LASSWELL, Harold. The policy Orientation. In: LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold (Eds.). *The Policy Sciences*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1951, p.3-15. apud ANDREWS, Christina W. As policy sciences como "ciência": método e reificação. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 27, 2005.

LÁZARO, André. Políticas de educação na atualidade como desdobramento da Constituição Federal e LDB. Livro: **Políticas Públicas de Educação no Brasil: reflexões políticas e pedagógicas**. (1° ed). Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **ADEUS PROFESSOR, ADEUS PROFESSORA?** Novas exigências educacionais e profissão docente. Goiânia: Cortez, 1998.

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

MAFASSIOLI, Andréia da Silva; **Plano de ações articuladas: uma Avaliação da Implementação no Município de Gravataí/RS**, 2011.

MAZMANIAN, Daniel. In: SABATIER, Paul. *Implementation and Public Policy*. Lanham, Ma: University Press of America, 1989 apud RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas** Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 130p. : il.

PETERS, B. GUY. *Advanced introduction to public policy*. Massachusetts: Edward Elgar, 2015 apud ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas: introdução**. 2021.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas: introdução**. 2021.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 130p. : il.

SANTOS, Adriana Conceição S. dos; Bianca, MIGLIAVACCA. **Referencial do território de Gravataí/ Gravataí: SMED, 2019** p.42 I. Título II. Educação II. Educação em Gravataí

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.) **Coletânea Políticas Públicas**.v.1.Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional** Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ZAHARIADIS, N. The multiple streams framework: structure, limitations, prospects. In: SABATIER, P. A. (Ed.). **Theories of the policy process**. Boulder: Westview, 2007. p. 65-92.

Sites Pesquisados

<http://www.inep.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.mec.gov.br>

<http://www.gravatai.rs.gov.br>

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA



**PREFEITURA DE
GRAVATAÍ**

Av. Ely Corrêa, 735 - Loja 2
P. dos Anjos - CEP: 94197-130 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600.7146
smed@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMED
SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. SETOR REQUISITANTE: Diretoria Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação

2. OBJETO

Registro de preços, pelo período de 12 meses, para futura contratação de um Sistema de Ensino para Educação Básica (Educação Infantil- Pré I e II e Ensino Fundamental I e II), com fornecimento de livros didáticos, plataforma digital, aplicativo, assessoria pedagógica de implantação e de monitoramento, formação continuada e capacitação de docentes e equipes pedagógicas com especialistas nas áreas de conhecimento e/ou etapa escolar, e avaliação de aprendizagem. O processo é conduzido de acordo com a legislação específica vigente e de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes deste Termo Referencial. Estima-se aproximadamente, a quantidade de 27000 alunos dos estabelecimentos escolares do Município para a utilização dos materiais didáticos e demais recursos, com a seguinte distribuição:

Lote Único	Descrição do objeto	Exigências complementares Anos (séries)	Quantidade Estimada de alunos em 2023	Valor
Item 1	Educação Infantil	Pré I	1700	
		Pré II	1750	
Item 2	Ensino Fundamental I	1º	2550	
		2º	3350	
		3º	3250	
		4º	3150	
		5º	3100	
Item 3	Ensino Fundamental II	6º	3300	
		7º	2700	
		8º	2500	
		9º	2400	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 13/12/2022 11:38:03-00-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: https://ic.arama.insp.br/398847599591



3. FORMA DE ENTREGA

A entrega será fracionada sendo que a Educação Infantil receberá os recursos físicos em duas etapas (início do ano letivo e na metade do ano letivo), quanto ao Ensino Fundamental I e II a entrega deverá ser realizada bimestralmente, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação respeitando os prazos indicados.

A empresa deverá entregar diretamente nas unidades escolares.

Em caso de avarias e/ou defeitos, o objeto deverá ser substituído, às expensas do Contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4. AMOSTRAS

A amostras deverão ser entregues com o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado contemplando todos os livros físicos (aluno e professor), do guia do professor de todos os componentes curriculares e séries solicitadas, material de coordenação, bem como deverá apresentar proposta de atendimento pedagógico, cópia dos relatórios referente ao resultado da avaliação diagnóstica e endereço, login e acesso a todos os conteúdos digitais (livros aluno e professor, plataforma, avaliações e simulados), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a fim de verificar se atende as especificações constantes deste termo. As amostras serão entregues na Secretaria Municipal de Educação, localizada Avenida Ely Corrêa, 735 -Sala 02 – Parque dos Anjos – Gravataí/RS. As entregas deverão ocorrer no horário das 09:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00 horas, em dias úteis, onde será recebido e conferido por servidor previamente designado.

As amostras serão encaminhadas para avaliação, com emissão de parecer quanto a sua aprovação ou reprovação. As amostras recebidas serão avaliadas e será declarada aprovada a amostra em conformidade com as exigências deste Termo de Referência. A Comissão de Avaliação das Amostras emitirá o respectivo parecer com o resultado.

O Relatório de Avaliação deverá conter as seguintes informações:

- a) Identificação clara e inequívoca do produto;
- b) Resultado da avaliação de conformidade das amostras e as especificações técnicas;
- c) Informações de data, nome e assinatura do técnico responsável pelo relatório.

O conjunto de amostras deverá permanecer à disposição pelo tempo necessário para a sua perfeita avaliação com segurança, no tocante ao atendimento dos pré-requisitos quanto às especificações pretendidas neste termo.

Em hipótese alguma será permitida a substituição de qualquer item do conjunto de amostra apresentado para análise. Nenhum conjunto de amostras será recebido fora do local, horário

e/ou período estipulado no presente Termo de Referência.

O procedimento acima será executado até a licitante proponente que tenha as amostras aprovadas atendendo todas as exigências deste Termo de Referência.

O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 3 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

Após parecer realizado pela Comissão de Avaliação das Amostras as empresas terão 15 (quinze) dias para retirada do material.

As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Termo, aquelas que foram submetidas a testes, que impliquem sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou diminuídas das quantidades a serem entregues.

Os licitantes interessados poderão ter vistas das amostras apresentadas, bem como informações sobre datas, horários, locais e procedimentos para exames das amostras, devendo, para tanto, entrar em contato com o órgão/entidade examinador.

Fica condicionado o licitante declarado vencedor a realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com as amostras apresentadas e aprovadas.

A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta, nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

A entrega de amostras não computará no quantitativo total da pretensa aquisição.

4.1 Comissão avaliadora

Será constituída uma comissão avaliadora para analisar tecnicamente a proposta pedagógica para as escolas da rede municipal de ensino de Gravataí em consonância com os critérios estabelecidos abaixo. A referida comissão será composta por servidores públicos municipais, em efetivo trabalho, sendo eles: Katuscia Custódio, Patrícia Pacheco, Patrícia Bühler, Carina Soares, Patrícia Carvalho, Lea Mondo e Simoni Coelho.

4.2 Critérios para avaliação da proposta técnica/amostras

Para efeitos de atribuição de critérios às propostas técnicas, os licitantes deverão entregaros documentos e as amostras de materiais abaixo indicadas:

5. JUSTIFICATIVA

A educação brasileira vem apresentando significativas mudanças devido às exigências do mundo contemporâneo. Nesse contexto, acredita-se que a escola deva ser um espaço que oportunize a formação humana integral para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, conforme preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é dada ênfase em uma educação sistêmica, baseada nos princípios de igualdade e equidade, assegurando o desenvolvimento de aprendizagens essenciais. A BNCC estabelece um compromisso com a formação e desenvolvimento global do ser humano, nas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Dessa forma, torna-se necessário contextualizar as habilidades de conhecimento dos diferentes componentes curriculares, tornando o processo significativo ao aluno. Frente a esses aspectos faz-se necessário ressignificar o processo de ensino e aprendizagem, utilizando recursos para além do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) regularmente utilizado pelas escolas, que se configura como um recurso adicional utilizado pelos docentes, mas que não se constitui como uma prática sistemática e orientadora da atividade de docência. A opção pelo Sistema de Ensino demonstra a necessidade de um direcionamento das práticas docentes, de assistência direta à metodologia do professor, assim comoum arsenal de outros recursos os quais qualificarão o processo educativo, aplicando metodologias e estratégias didático-pedagógicas condizentes com a proposta de educação sistêmica, fortalecendo a competência pedagógica de docentes e equipes gestoras. Além disso, o Sistema de Ensino proporciona materiais de orientação aos docentes e recursos didáticos e tecnológicos inovadores que contribuam para uma educação de qualidade e voltada às necessidades do mundo atual, tornando escola e realidade o mais próximas possíveis.

Dentro desta perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação deseja continuar oferecendo aos alunos e professores amplas possibilidades articuladas com os referencias legais e pedagógicos vigentes, articulando informações e atividades juntamente com o material didático e dando suporte para a pesquisa, produção e formação de docentes e discentes; uma proposta de assessoria pedagógica de implantação e formação continuada do corpo docente, equipes técnica e gestores da educação municipal; ferramentas para acompanhar os resultados educacionais do município e o processo de aprendizagem dos alunos,

elementos esses que diferenciam a proposta apresentada dos recursos disponibilizados pelo FNDE/PNLD.

No que tange ao público da educação infantil, cabe destacar que os primeiros anos de vida são determinantes na constituição do ser humano, desta forma o Sistema de Ensino atuará como um guia norteador da prática do professor, propiciando condições ao pleno desenvolvimento das crianças, alicerçando o processo de aprendizagem na educação básica.

A fim de atender a demanda de alunos público-alvo da educação especial presente na rede municipal, o Sistema de Ensino deverá disponibilizar materiais didáticos para alunos com baixa visão, ampliados, e em Braille, se necessário, observando o tipo e tamanho da fonte nos casos de alunos com baixa visão (Arial ou Verdana, tamanho 24, todas as letras em caixa alta e negritadas. Linha dupla entre as pautas). Nos casos em que se faz necessário, contemplar com recursos audiovisuais (audiolivro).

Desta forma, pretendemos que, com a continuidade do trabalho pedagógico embasado no Sistema de Ensino possa continuar oferecendo estratégias e recursos educacionais significativos e inovadores, oportunizando a concretização dos objetivos educacionais desta municipalidade.

Objetivando a análise da aprendizagem dos estudantes, o sistema de ensino deverá oferecer avaliações pautadas nas principais avaliações nacionais. Todos esses recursos subsidiarão um ensino de qualidade, voltado às novas demandas educacionais e com procedimentos e planejamento das ações bem definidos com vistas à melhoria da educação.

Por fim, em consonância com o que recomenda o Tribunal de Contas da União -TCU acerca de licitação pretendida por lotes, sempre que econômica e tecnicamente viável e justificadamente, demonstrar ser mais vantajosa a opção feita.

À vista do exposto, buscando alcançar a vantajosidade nas contratações e considerando que este procedimento atende aos princípios que norteiam as aquisições públicas de bens e serviços, esta prática visa adquirir o melhor pelo preço em que se apresenta técnica e economicamente viável.

5 ESTIMATIVA DE CUSTOS E CONSUMO

Para obter a avaliação do custo, foi utilizada média de valores obtidas em pesquisa de preço

de mercado. A definição da estimativa dos quantitativos para a contratação deu-se por meio de levantamento do número estimado de alunos que compõe a rede Municipal, com o acréscimo de 10%, para eventuais distorções nos levantamentos realizados, tais como novas turmas e consequentes matrículas.

6 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Código Reduzido: 1409

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Educação - SMED

Tipo Ação: Projeto - Ação: 1193 - Funcional: 0012.0361.0104 - Aplicação e Desenvolvimento Sistema Pedagógico]

Subelemento: 33390320400000000000 – Material educacional e cultural

7 FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal devidamente atestada de que todos os produtos foram devidamente entregues e em conformidade com o presente Termo de Referência.

8 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Considerar-se-á habilitado o proponente que apresentar: a) Certificado de regularidade de registro cadastral; b) Documento de habilitação jurídica; c) Documento de regularidade fiscal e trabalhista; d) Documento de qualificação econômico-financeira; e) Documento de qualificação técnica; f) Declaração de inexistência de fato impeditivo e não utilização de mão de obra de menores.

9 SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

10 VIGÊNCIA DO CONTRATO

O objeto deste Termo de Referência, será formalizado pelo instrumento de CONTRATO, e terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, nos termos do art. 57, inc. IV da Lei nº 8.666/93.

11 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A responsabilidade pela fiscalização será do(a) servidor(a) Patrícia Teixeira Buhler –

Matricula 153402.

12 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O material pedagógico do sistema de ensino a ser aplicado no município deverá estar em conformidade em sua integralidade com os parâmetros e requisitos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação, conforme DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO para alunos, docentes e demais envolvidos no processo de aprendizagem (características técnicas do material didático, material de apoio, plataformas digitais de aprendizagem, avaliações e formação continuada de docentes e gestores). Os materiais e serviços a serem entregues/executados em sua integralidade estão descritos abaixo:

12.1. Especificações mínimas da Educação Infantil

Pré I (4anos - aluno)

Livros didáticos, sendo 01 (um) por semestre, cuja organização didático-metodológica está estruturada a partir dos cinco campos de experiências e dos seis direitos de aprendizagem propostos pela Base Nacional Comum Curricular. Material em formato horizontal; capa confeccionada em papel resistente, com impressão colorida; miolo impresso em papel de qualidade e em quatro cores, com adesivos e destaque para o projeto gráfico adequado à faixa etária das crianças, e acabamento em espiral, compicote.

Material de apoio confeccionado em papel com gramatura maior que a do miolo, preferencialmente cartonado, composto por jogos que objetivem a valorização da aprendizagem em equipe por meio de atividades coletivas, letras e números móveis.

Livro impresso em papel cartão, remessa anual, impresso em cores, composto por pranchas que favoreçam o trabalho manual, o fazer artístico e o desenvolvimento da coordenação motora. As atividades devem oferecer subsídios para a exploração sensorial e artística de diversos tipos de material. Contém, ainda, moldes temáticos para a criança customizar.

Livro impresso, remessa anual, composto por textos literários elaborado por autores consagrados e textos inéditos, com formas e ilustrações adequados à faixa etária do aluno com a proposta de ampliar o vocabulário dos alunos e despertar o interesse pela leitura.

Livro impresso, remessa anual, em papel cartão, impresso em cores, composto por imagens frente e verso, destinado ao desenvolvimento da imaginação, ampliação de repertório e criação de possibilidades pelos alunos.

Agenda escolar com identificação dos alunos, responsáveis e pessoas autorizadas a retirar a criança na unidade escolar, com espaço reservado para inserir informações úteis aos responsáveis, calendário anual, espaço para anexar o calendário do ano escolar e páginas para recados.

O material impresso deverá ser acondicionado em bolsa/maleta resistente e lavável, sendo uma bolsa/maleta para cada aluno.

Pré I (Professor)

Livros didáticos, sendo 01 (um) para cada semestre, devendo ser elaborado para auxiliar e orientar o trabalho em sala de aula, com a reprodução das páginas do livro do aluno e as respostas das atividades, indicações de encaminhamentos e orientações para a realização e a ampliação das propostas. As respostas das atividades consumíveis devem constar na própria atividade. Para expandir o conteúdo trabalhado e enriquecer o dia a dia em sala de aula, o material deverá conter ícones que indicam a utilização de materiais de apoio e comentários, orientações para os encaminhamentos antes, durante e depois das atividades, que visem apoiar o trabalho do professor. Os conteúdos do livro devem estar de acordo com o conjunto de aprendizagens essenciais da Base Nacional Comum Curricular, juntamente com um quadro dos objetivos pretendidos.

Livro impresso em papel cartão, remessa anual e consumível, impresso em cores, composto por pranchas que favoreçam o trabalho manual, o fazer artístico e o desenvolvimento da coordenação motora. As atividades devem oferecer subsídios para a exploração sensorial e artística de diversos tipos de material, tais como tinta guache, folhas secas e areia. Contém, ainda, moldes temáticos para a criança customizar.

Livro da família em formato espiral, remessa anual, acabamento em papel cartão, com atividades que serão utilizadas como um elo entre alunos, escola e família, considerando suas possibilidades e capacidade.

Livro impresso, remessa anual, composto por textos literários elaborado por autores consagrados e textos inéditos, com formas e ilustrações adequados à faixa etária do aluno com a proposta de ampliar o vocabulário dos alunos e despertar o interesse pela leitura.

Livro impresso, remessa anual, em papel cartão, impresso em cores, composto por imagens frente e verso, destinado ao desenvolvimento da imaginação, ampliação de repertório e criação de

possibilidades pelos alunos.

Agenda para o professor.

Materiais complementares: áudio com os áudios e músicas contidas no material do aluno, canções e outros recursos que estão contidos nas atividades do livro, com a valorização da linguagem musical, devendo ser disponibilizado em CD ou portal.

Pré II (5anos - aluno)

Livros didáticos, sendo 01 (um) para cada semestre, cuja organização didático-metodológica está estruturada a partir dos cinco campos de experiências e dos seis direitos de aprendizagem propostos pela Base Nacional Comum Curricular. Material em formato horizontal; capa confeccionada em papel resistente, com impressão

colorida; miolo impresso em papel de qualidade e em quatro cores, com adesivos e destaque para o projeto gráfico adequado à faixa etária das crianças, e acabamento em espiral, compicote. Material de apoio confeccionado em papel com gramatura maior que a do miolo, preferencialmente cartonado, composto por jogos que objetivem a valorização da aprendizagem em equipe por meio de atividades coletivas, letras e números móveis.

Livro impresso em papel cartão, remessa anual, impresso em cores, composto por pranchas que favoreçam o trabalho manual, o fazer artístico e o desenvolvimento da coordenação motora. As atividades devem oferecer subsídios para a exploração sensorial e artística de diversos tipos de material. Contém, ainda, moldes temáticos para a criança customizar.

Livro da família em formato espiral, remessa anual, acabamento em papel cartão, com atividades que serão utilizadas como um elo entre alunos, escola e família, considerando suas possibilidades e capacidade. Elaborado com convites para conversar e brincar, com o objetivo de proporcionar aos alunos uma aprendizagem com a participação da sua família.

Livro impresso, remessa anual, composto por textos literários elaborado por autores consagrados e textos inéditos, com formas e ilustrações adequados à faixa etária do aluno com a proposta de ampliar o vocabulário dos alunos e despertar o interesse pela leitura.

Livro impresso, remessa anual, em papel cartão, impresso em cores, composto por imagens frente e verso, destinado ao desenvolvimento da imaginação, ampliação de repertório e criação de possibilidades pelos alunos.

Agenda escolar com identificação dos alunos, responsáveis e pessoas autorizadas a retirar a

criança na unidade escolar, com espaço reservado para inserir informações úteis aos responsáveis, calendário anual, espaço para anexar o calendário do ano escolar e páginas para recados.

O material impresso deverá ser acondicionado em bolsa/maleta resistente e lavável, sendo uma bolsa/maleta para cada aluno.

Pré II - Professor

Livros didáticos, sendo 01 (um) para cada semestre, devendo ser elaborado para auxiliar e orientar o trabalho em sala de aula, com a reprodução das páginas do livro do aluno e as respostas das atividades, indicações de encaminhamentos e orientações para a realização e a ampliação das propostas. As respostas das atividades consumíveis devem constar na própria atividade. Para expandir o conteúdo trabalhado e enriquecer o dia a dia em sala de aula, o material deverá conter ícones que indicam a utilização de materiais de apoio e comentários, orientações para os encaminhamentos antes, durante e depois das atividades, que visem apoiar o trabalho do professor.

Os conteúdos do livro devem estar de acordo com o conjunto de aprendizagens essenciais da Base Nacional Comum Curricular, juntamente com um quadro dos objetivos pretendidos.

Livro impresso em papel cartão, remessa anual e consumível, impresso em cores, composto por pranchas que favoreçam o trabalho manual, o fazer artístico e o desenvolvimento da coordenação motora. As atividades devem oferecer subsídios para a exploração sensorial e artística de diversos tipos de material, tais como tinta guache, folhas secas e areia. Necessário ter alguns moldes temáticos para que a criança possa customizar.

Livro da família em formato espiral, remessa anual, acabamento em papel cartão, com atividades que serão utilizadas como um elo entre alunos, escola e família, considerando suas possibilidades e capacidade. Elaborado com convites para conversar e brincar, com o objetivo de proporcionar aos alunos uma aprendizagem com a participação da sua família.

Livro impresso, remessa anual, composto por textos literários elaborado por autores consagrados e textos inéditos, com formas e ilustrações adequados à faixa etária do aluno com a proposta de ampliar o vocabulário dos alunos e despertar o interesse pela leitura.

Livro impresso, remessa anual, em papel cartão, impresso em cores, composto por imagens frente e verso, destinado ao desenvolvimento da imaginação, ampliação de repertório e criação de possibilidades pelos alunos.

Agenda para o professor.

Materiais complementares: áudio com os áudios e músicas contidas no material do aluno, canções e outros recursos que estão contidos nas atividades do livro, com a valorização da linguagem musical, devendo ser disponibilizado em CD ou portal.

12.2. Livros didáticos Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano):

Para o aluno

Preferencialmente 05 (cinco) livros por aluno, sendo 04 (quatro) livros didáticos integrados, correspondendo a 01 (um) para cada bimestre, contendo a integração dos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia e 01 (um) livro anual de Arte. Cada componente curricular deve ser organizado para atender ao planejamento de aulas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando também a promoção progressiva sistematização das experiências do aluno. O material deve estar em formato vertical com capa confeccionada em papel resistente e impressão colorida; miolo impresso em papel de qualidade e em quatro cores; destaque para o projeto gráfico adequado à faixa etária do aluno e acabamento em espiral.

Material de apoio cartonado, preferencialmente no final do livro do aluno, para realização de algumas atividades.

Livro impresso, destinado aos alunos do 1º ano, remessa anual, com conteúdo destinado a compreensão leitora com apresentação de textos literários de diversos gêneros e exercícios de compreensão que podem ser utilizados na escola ou como atividades para casa.

Livro da família em formato espiral, remessa anual, acabamento em papel cartão, com atividades que serão utilizadas como um elo entre alunos, escola e família, considerando suas possibilidades e capacidade. Elaborado com convites para conversar e brincar, com o objetivo de proporcionar aos alunos uma aprendizagem com a participação da sua família.

Agenda escolar com identificação dos alunos, responsáveis e pessoas autorizadas a retirar a criança na unidade escolar, com espaço reservado para inserir informações úteis aos responsáveis, calendário anual, espaço para anexar o calendário do ano escolar e páginas para recados.

Para o professor

O material deve estar elaborado para aprimorar a prática docente e nortear o planejamento das aulas, deve também ter a reprodução das páginas do livro do aluno com as respostas das atividades, sugestões de encaminhamentos e orientações para a realização e a ampliação das propostas. Para expandir o conteúdo trabalhado e enriquecer o dia a dia em sala de aula, o material deverá conter

ícones que indicam a utilização de materiais de apoio e comentários, orientações para os encaminhamentos antes, durante e depois das atividades, que visem apoiar o trabalho do professor.

Deverá estar em formato vertical; capa confeccionada em papel resistente, com impressão colorida; miolo impresso em papel de qualidade e em quatro cores; material de apoio no próprio livro, confeccionado em papel com gramatura maior que a do miolo; acabamento em espiral. Deve haver estratégias adicionais para abordagem de alguns conteúdos que podem oferecer certa dificuldade de compreensão aos alunos. Quanto à sua composição é necessário que o material siga a mesma disposição do aluno, sendo composto por 05 (cinco) livros por aluno, sendo 04 (quatro) livros didáticos integrados, correspondendo a 01 (um) para cada bimestre, contendo a integração dos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia e 01 (um) livro anual de Arte.

Livro impresso, destinado aos professores do 1º ano, remessa anual, com conteúdo destinado a compreensão leitora com apresentação de textos literários de diversos gêneros e exercícios de compreensão que podem ser utilizados na escola ou como atividades para casa.

No mínimo 02 (dois) livros de Educação Física, sendo um com a fundamentação teórica e conceituais das práticas corporais apresentadas, expondo de forma crítica aspectos socioculturais e históricos, artísticos e estéticos e outro com sugestões de atividades que podem ser desenvolvidas com os alunos, além de sugestões de formas de registrar, documentar, divulgar e utilizar as observações feitas durante as aulas visando o desenvolvimento dos alunos e da turma. O material deve ser em formato vertical, acabamento em espiralado, capa confeccionada em papel resistente e miolo impresso em quatro cores.

01 (um) livro anual, contendo avaliações processuais de todos os componentes curriculares, separadas por ano de escolaridade, que podem ser aplicadas pelos professores ao final de cada bimestre.

01 (um) livro anual, manual do professor contendo os objetivos gerais do material, orientações metodológicas, sugestões e estratégias para a aplicação do material e sugestões de materiais (livros, vídeos, artigos) para ampliar os recursos em sala de aula.

Agenda para os professores.

12.3. Livros didáticos Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano):

Para o aluno

Preferencialmente 06 (seis) livros por aluno, sendo 04 (quatro) livros didáticos integrados,

correspondendo a 01 (um) para cada bimestre, contendo os componentes curriculares Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, além de 2 (dois) volumes anuais, sendo um para cada um dos componentes curriculares: Arte e Língua Inglesa. Material em formato vertical; capa confeccionada em papel resistente, com impressão colorida; miolo impresso em papel de qualidade e em quatro cores, com destaque para o projeto gráfico adequado à faixa etária do aluno; material de apoio no próprio livro, confeccionado em papel com gramatura maior que a do miolo; e acabamento em espiral.

Para o professor:

A estrutura do material do professor deve ser disciplinar e anual, estando o livro dividido em duas partes, preferencialmente. A primeira orientativa em que haja a apresentação da visão geral da proposta desenvolvida, seus fundamentos teórico-metodológicos, a estrutura do livro do aluno e quadros com a correspondência entre os conteúdos das Unidades e Capítulos e os objetos de conhecimento e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trabalhados. Além disso, deve apresentar textos de aprofundamento, sugestões de jogos e atividades para completar o trabalho pedagógico. Na segunda parte, deve haver a reprodução das páginas do Livro do Estudante em formato reduzido, acompanhadas, nas laterais e na parte inferior, das orientações ao professor, relacionadas ao conteúdo e às atividades propostas, com sugestões didáticas e indicações das correspondências dos conteúdos com a BNCC. Aos professores devem também ser oferecidos recursos didáticos para enriquecer a prática docente e nortear o planejamento das aulas.

Apostila de práticas socioemocional: Material complementar, organizado em formato anual, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de competências socioemocionais por meio de um conjunto de habilidades de maneira integrada ao ensino dos conteúdos de cada componente curricular.

Educação Física: livro anual, que tem como objetivo organizar, sintetizar e difundir propostas didático-pedagógicas que subsidiem o professor de Educação Física do Ensino Fundamental na construção de suas práticas. O livro deve trazer seções explicativas para orientações e sugestões de estratégias, expansão dos temas desenvolvidos, sugestões de vídeos, sites e documentos de apoio, glossário com a definição de termos, indicações de leituras complementares, roteiro de atividades com sugestões de duração, objetivos e materiais necessários, pontos de atenção para a condução dos processos avaliativos e destaque para as habilidades da BNCC que podem ser desenvolvidas por meio das atividades propostas.

Caderno de orientações do Coordenador Pedagógico

Deverá ser fornecido pelo sistema de ensino caderno anual impresso destinado ao coordenador pedagógico, sendo 01 (um) livro para coordenadores da Educação Infantil, 01 (um) livro para coordenadores do Ensino Fundamental I e 01 (um) livro para coordenadores do Ensino

Fundamental II , que contemple informações sobre o ciclo de ensino, detalhando sobre a sua proposta, as habilidades a serem desenvolvidas em cada ano, orientações do trabalho do coordenador pedagógico com o objetivo de nortear as ações do coordenador pedagógico junto aos professores.

12.4. Demais características do objeto

Plataforma digital de aprendizagem para alunos e professores: Ambiente digital de aprendizagem com acesso para alunos, familiares, professores e gestores, por meio de logins e senhas individuais, composto por um conjunto de tecnologias e recursos digitais e pedagógicos que permitem potencializar o aprendizado e o engajamento individualizado do aluno, de acordo com as necessidades e o ritmo de cada um. O portal educacional deve apresentar recursos como o livro impresso no formato digital, podendo os conteúdos serem acessados de acordo com a faixa etária e ano escolar do aluno, os guias do professor em formato digital, avaliações processuais separadas por componente e ano, banco de questões alinhadas à BNCC, biblioteca digital contendo atividades interativas, vídeos, músicas, animações, sequências de aula para uso do professor. A plataforma precisa contar com atividades para a sondagem da Educação Infantil, que objetive diagnosticar o momento do aprendizado dos alunos de 05 anos, além de ambiente destinado ao monitoramento anual dos estudantes do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I, levando em consideração o processo e a consolidação da alfabetização. Os objetos educacionais devem ser interativos para complementação dos conteúdos do material didático impresso, atendendo às necessidades dos alunos mesmo nos períodos que estejam fora do ambiente escolar.

A plataforma também deve ser destinada à capacitação dos educadores, com cursos à distância, com carga mínima de 180 horas.

Para comprovação de atendimento deste item, deverão ser apresentadas senhas ou chaves para acesso e um documento especificando detalhes do ambiente virtual disponível, bem como das ferramentas possíveis de serem utilizadas.

Aplicativo – Disponibilização de aplicativo para uso em smartphone, tablet, computador, com acesso gratuito (não deverá gerar custo ou desconto do plano de dados durante o acesso) para alunos, familiares, professores e gestores, que ofereça os seguintes recursos: Acesso ao livro impresso no formato digital, podendo os conteúdos serem acessados de acordo com a faixa etária, unidade/capítulo e ano escolar do aluno, os guias do professor em formato digital, banco de questões, biblioteca digital, vídeos, músicas, animações, sequências de aula para uso do professor. Os objetos educacionais devem ser interativos para complementação dos conteúdos do material didático impresso, atendendo às necessidades dos alunos mesmo nos períodos que estejam fora do

ambiente escolar; Espaço para comunicação entre aluno, família, escola, professores e gestores, através de envio de mensagens de forma individual ou coletiva, publicação de informações de interesse amplo para a comunidade escolar, publicação calendário de atividades normais e extras, informes sobre eventos para alunos, professores e gestores, publicação de eventos da escola, envio de atividades de reforço ou complementares; espaço para disponibilização de conteúdos digitais como aulas online (ao vivo ou gravadas) feitas pelo professor dentro do aplicativo, compartilhamento de atividades do material didático, avaliações, tarefas online com os alunos, podendo ser utilizado todo o conteúdo do material didático impresso no formato digital (livros didáticos, banco de questões, materiais complementares). O app deverá permitir o acompanhamento de envio de informações e atividades de cada aluno, podendo, se necessário, gerar relatórios para controle das informações. Para comprovação de atendimento deste item, deverão ser apresentados o endereço, logins, senhas ou chaves para acesso e um documento especificando detalhes do ambiente virtual disponível, bem como das ferramentas possíveis de serem utilizadas.

Formação continuada e capacitação de docentes e gestores: Formação de docentes e gestores dos diversos níveis Educação Infantil e Ensino Fundamental 1° ao 9° ano, cujo conteúdo tenha alinhamento com os materiais didáticos impressos. Para atendimento deste item, deverão ser apresentado um descritivo geral do assessoramento e sua contribuição para formação continuada de toda equipe (técnica, docentes e gestores). A cada final de carga horaria de formação, emitir certificado aos participantes. Deverão ser fornecidas no mínimo 120 (cento e vinte) horas, distribuídas conforme demanda solicitada pela Secretaria Municipal de Educação.

Assessoria Pedagógica Personalizada Assessoria individual por escola realizada *in loco* ou *on-line*, com intuito de atender às demandas específicas, esclarecer dúvidas e contribuir com sugestões à equipe pedagógica e diretiva da escola. Deverão ser fornecidas assessorias de acordo com a demanda percebida pela Secretaria Municipal de Educação. Atendimento para sanar dúvidas e/ou dificuldades dos docentes através de recursos digitais ou presenciais.

Avaliações e acompanhamento da aprendizagem: Deve ser disponibilizado um sistema de avaliação visando o aprimoramento contínuo dos processos e resultados educacionais da rede municipal:

Avaliações destinadas aos alunos do último ano da Educação Infantil (5 anos) com foco nos objetivos de aprendizagem da BNCC para cada campo de experiência, com proposta de nortear e sondar o desenvolvimento dos alunos em consonância com o PNA (Plano Nacional de

Alfabetização).

Avaliação para 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental com foco no letramento em Língua Portuguesa, alinhada com os objetivos e habilidades apresentados na BNCC.

Avaliações para os 5º e 9º anos, voltadas para a preparação dos alunos para as avaliações externas corrigidas pelo formato TRI com estimação da proficiência dos alunos.

Avaliação institucional destinado aos alunos, familiares e professores voltada para a identificação da percepção da comunidade sobre as escolas da rede municipal considerando as características dos estudantes, das famílias, envolvimento da família e comunidade e práticas escolares.

ANEXO I

TABELA DE CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS

ITEM	DESCRIÇÃO	APROVADO	REPROVADO	OBSERVAÇÃO
1.	Coleção de livros ou apostilas didáticas, para as crianças de Pré I e Pré II, da Educação Infantil, com princípios de igualdade e equidade, assegurando o desenvolvimento de aprendizagens em consonância com a BNCC.			
2.	Coleção de livros ou apostilas didáticas, para o aluno, 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, com princípios de igualdade e equidade, assegurando o desenvolvimento de aprendizagens em consonância com a BNCC.			
3.	Guia orientador para o professor Educação Infantil – Pré I e Pré II.			
4.	Guia orientador para o professor Ensino Fundamental 1º ao 9º ano.			
5.	Descrição do Ambiente digital de aprendizagem e senha de acesso para o portal conectado à Internet.			
6.	Proposta de projeto para os cursos de formação continuada, para os educadores, gestores e equipe técnico-pedagógica e funcionários da educação.			
7.	Descrição da proposta de assessoria pedagógica personalizada.			

17

8.	Descrição dos serviços de Avaliação de aprendizagem para alunos.			
9.	Descrição do sistema de monitoramento educacional.			
10.	Materiais didáticos para o Ensino Fundamental elaborados com base nos documentos legais que regem a educação nacional.			
11.	Materiais de apoio, com gramatura conforme indicado no TR, auxiliando na fixação dos conteúdos dos componentes curriculares trabalhados.			
12.	Materiais didáticos para o Ensino Fundamental com atividades que abordam diferentes gêneros textuais, os quais se traduzem em uma abordagem metodológica, utilizada para estabelecer relações próximas ao universo cultural e social do aluno.			
13.	Materiais didáticos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental ancorados em uma proposta pedagógica, a qual considera o professor como mediador do conhecimento e o aluno como elemento central nos processos de ensino e aprendizagem.			
14.	Materiais didáticos para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental que incentivam a interdisciplinaridade e a função social das abordagens, possibilitando relações entre as diferentes áreas.			
15.	Materiais didáticos para o Ensino Fundamental que destacam a história, a cultura e a imagem do povo afro-brasileiro, considerando sua importância e participação social ao longo da história.			

18

16.	Materiais didáticos para o Ensino Fundamental com atividades que reconhecem a diversidade dos aspectos naturais ou da ação do homem, as quais podem interferir, positiva ou negativamente, nas questões socioambientais.			
17.	Materiais didáticos para o Ensino Fundamental com projeto gráfico composto por ilustrações claras, precisas, de fácil compreensão e que possibilitam intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade, motivar, facilitar, comprovar, explicar e informar.			
18.	Materiais didáticos para o Ensino Fundamental que exploram as experiências, as memórias e a interação dos alunos com as tecnologias da comunicação e da informação de modo a estimular a sua curiosidade e potencializar a aprendizagem.			
19.	Materiais didáticos para o Ensino Fundamental que apresentam proposta curricular, por ano/ciclo e por componente curricular, disponível na plataforma virtual de aprendizagem para consulta, download e impressão.			
20.	Ambiente digital de aprendizagem com possibilidade de acesso por meio de diferentes dispositivos, como desktops, notebooks, tablets (versão web não disponível para família) e smartphones (aplicativo, apenas disponível para professor, família e aluno).			
21.	Material didático de Arte que desenvolve habilidades nas quatro linguagens artísticas previstas pela BNCC: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.			
22.	Ambiente digital de aprendizagem com acesso online, por meio de login e senha individuais, mediante cadastramento prévio.			

19

23.	Ambiente digital de aprendizagem com recursos e ferramentas que favorecem a adoção de metodologias ativas, uma vez que torna mais fácil o acompanhamento individualizado do desempenho de cada aluno.			
24.	Ambiente digital de aprendizagem que disponibiliza a versão digital dos livros do professor e do aluno.			
25.	Ambiente digital de aprendizagem destinado à Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental que disponibiliza conteúdos com caráter essencialmente lúdico, com intencionalidade pedagógica associada aos campos de experiências, considerando a faixa etária e o estágio de desenvolvimento de cada criança.			
26.	Ambiente digital de aprendizagem destinado à Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental que disponibiliza histórias narradas e animadas.			
27.	Ambiente digital de aprendizagem destinado para o 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental que disponibiliza recursos, tais como: versão digital do material didático, trilhas de aprendizagem, emissão de relatórios, agendamento de atividades, envio de mensagens e notificações, e ainda, ferramentas de apoio à gestão.			
28.	Ambiente digital de aprendizagem destinado para o 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental que disponibiliza uma área, na qual são oferecidos conteúdos e serviços complementares, entre outros, os Livros de Coordenação, blogs e links de acesso para webconferências.			
29.	Serviço de assessoramento pedagógico realizado por profissionais especializados em áreas específicas, com experiência e atuação nas redes públicas de ensino.			

20

30.	Serviço de assessoramento pedagógico que atua tanto com a formação pedagógica presencial, quanto a distância, com diversidade de temas relacionados à educação e ao ensino, podendo acontecer por meio de cursos, encontros, palestras e/ou webconferências.			
31.	Serviço de assessoramento pedagógico que compreende um programa de implantação e de visitas realizado por técnicos e consultores pedagógicos.			
32.	Serviço de assessoramento pedagógico que oferece cursos para os professores da rede de ensino, os quais contemplam pressupostos teóricos e metodológicos consonantes à Base Nacional Comum Curricular.			
33.	Serviço de assessoramento pedagógico que contempla atendimento pedagógico na área tecnológica, com formação específica e direcionada ao melhor uso do ambiente digital de aprendizagem.			
34.	Serviço de assessoramento pedagógico que oferece cursos referentes aos campos de experiências, conforme a proposta do livro didático e em consonância com os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular e as demandas do município.			
35.	Subsidiar a SMED em relação às respostas dos itens em um escore, denominado proficiência, utilizado pela Teoria da Resposta ao Item (TRI), tal como as avaliações institucionalizadas pelo MEC.			
36.	Subsidiar a SMED quanto aos resultados apresentados pela Teoria Clássica dos Testes (TCT), a qual permite uma avaliação quantitativa, possibilitando assim, uma análise qualitativa (TRI) de tais resultados.			

21

37.	Disponibilizar resultados por meio de relatórios, geral e específico (por ano escolar, por turma e por escola), possibilitando a análise dos resultados dos alunos de forma individualizada e o redirecionamento do trabalho pedagógico.			
38.	Sistema de acompanhamento da gestão educacional que tem por objetivo auxiliar o gestor público na definição de estratégias que contribuam com a administração escolar.			
39.	Sistema de acompanhamento da gestão educacional que favorece a compreensão da evolução dos indicadores da rede municipal.			
40.	Sistema de acompanhamento da gestão educacional que oferece ao gestor público, análises dos dados, com resultados que possibilitam o acompanhamento da evolução dos indicadores analisados.			
41.	Agenda escolar consumível, com adesivos, em formato vertical, espiralada e com espaços adequados para preenchimento.			
42.	Capa personalizada para o livro didático.			
43.	Livro regionalizado			
44.	Recurso didático (livro ou apostila) que possibilite a integração entre escola e família.			
45.	Avaliação diagnóstica (entrada, processual e saída).			

22

46.	Material didático adaptado para alunos público da Educação Especial (ampliados, em braille e conforme especificações técnicas).			
47.	Integração dos componentes curriculares no Ensino Fundamental I.			

ANEXO II
COMPARATIVO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO/ PNLD E ENSINO ESTRUTURADO

PNLD	Ensino Estruturado
<p>Livro Didático (PNLD)</p> <p>Adesão é feita pela Secretaria de Educação a cada ciclo de 04 anos na Plataforma do PDDE Interativo;</p> <p>Livros vem em conformidade com o censo do ano anterior, independente do número de alunos que são atendidos no ano corrente.</p> <p>Livros consumíveis para educação Infantil (Pré I e II) e anos iniciais (1º ao 5º ano); Livros não consumíveis para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), isto é, cada ano o aluno deverá devolver o livro para ser utilizado por outro colega;</p> <p>A escolha deve ser feita entre os livros que foram pré selecionados pelo MEC;</p> <p>Livros em Braille precisam ser solicitados fora da plataforma do PDDE Interativo;</p>	<p>Livro Didático do aluno</p> <p>Pré I (4 anos - aluno)</p> <p>Livros didáticos, sendo 01 (um) por semestre, cuja organização didático-metodológica está estruturada a partir dos cinco campos de experiências e dos seis direitos de aprendizagem propostos pela Base Nacional Comum Curricular.</p> <p>Pré II (5 anos - aluno)</p> <p>Livros didáticos, sendo 01 (um) para cada semestre, cuja organização didático-metodológica está estruturada a partir dos cinco campos de experiências e dos seis direitos de aprendizagem propostos pela Base Nacional Comum Curricular.</p> <p>Livros didáticos Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano): Para o aluno</p> <p>Preferencialmente 05 (cinco) livros por aluno, sendo 04 (quatro) livros didáticos integrados, correspondendo a 01 (um) para cada bimestre, contendo a integração dos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia e 01 (um) livro anual de Arte. Cada componente curricular deve ser organizado para atender ao planejamento de aulas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando também a promoção progressiva</p>

	<p>sistematização das experiências do aluno. Material de apoio cartonado, preferencialmente no final do livro do aluno, para realização de algumas atividades.</p> <p>Livros didáticos Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano):</p> <p>Para o aluno</p> <p>Preferencialmente 06 (seis) livros por aluno, sendo 04 (quatro) livros didáticos integrados, correspondendo a 01 (um) para cada bimestre, contendo os componentes curriculares Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, além de 2 (dois) volumes anuais, sendo um para cada um dos componentes curriculares Livro do Professor</p> <p>Pré I (4anos - Professor)</p> <p>Livros didáticos, sendo 01 (um) para cada semestre, devendo ser elaborado para auxiliar e orientar o trabalho em sala de aula, com a reprodução das páginas do livro do aluno e as respostas das atividades, indicações de encaminhamentos e orientações para a realização e ampliação das propostas. As respostas das atividades consumíveis devem constar na própria atividade. Para expandir o conteúdo trabalhado e enriquecer o: Arte e Língua Inglesa. Material de apoio no próprio livro, dia a dia em sala de aula, o material deverá conter ícones que indicam a utilização de materiais de apoio e comentários, orientações para os encaminhamentos antes, durante e depois das atividades, que visem apoiar o trabalho do professor. Os conteúdos do livro devem estar de acordo com o conjunto de aprendizagens essenciais da Base Nacional Comum Curricular, juntamente com um quadro dos objetivos pretendidos.</p>
--	---

25

	<p>Pré II (5anos - Professor)</p> <p>Livros didáticos, sendo 01 (um) para cada semestre, devendo ser elaborado para auxiliar e orientar o trabalho em sala de aula, com a reprodução das páginas do livro do aluno e as respostas das atividades, indicações de encaminhamentos e orientações para a realização e a ampliação das propostas. As respostas das atividades consumíveis devem constar na própria atividade. Para expandir o conteúdo trabalhado e enriquecer o dia a dia em sala de aula, o material deverá conter ícones que indicam a utilização de materiais de apoio e comentários, orientações para os encaminhamentos antes, durante e depois das atividades, que visem apoiar o trabalho do professor. Os conteúdos do livro devem estar de acordo com o conjunto de aprendizagens essenciais da Base Nacional Comum Curricular, juntamente com um quadro dos objetivos pretendidos.</p> <p>Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) O material deve estar elaborado para aprimorar a prática docente e nortear o planejamento das aulas, deve também ter a reprodução das páginas do livro do aluno com as respostas das atividades, sugestões de encaminhamentos e orientações para a realização e a ampliação das propostas. Para expandir o conteúdo trabalhado e enriquecer o dia a dia em sala de aula, o material deverá conter ícones que indicam a utilização de materiais de apoio e comentários, orientações para os encaminhamentos antes, durante e depois das atividades, que visem apoiar o trabalho do professor. Deverá estar em formato vertical; capa confeccionada em papel resistente, com impressão colorida; miolo impresso em papel de qualidade e em quatro cores; material de apoio no próprio livro confeccionado em papel com gramatura maior que a do miolo; e acabamento em espiral.</p>
--	---

26

	<p>Deve haver estratégias adicionais para abordagem de alguns conteúdos que podem oferecer certa dificuldade de compreensão aos alunos. Quanto à sua composição é necessário que o material siga a mesma disposição do aluno, sendo composto por 05 (cinco) livros por aluno, sendo 04 (quatro) livros didáticos integrados, correspondendo a 01 (um) para cada bimestre, contendo a integração dos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia e 01 (um) livro anual de Arte.</p> <p>Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) A estrutura do material do professor deve ser disciplinar e anual, estando o livro dividido em duas partes, preferencialmente. A primeira orientativa em que haja a apresentação da visão geral da proposta desenvolvida, seus fundamentos teórico-metodológicos, a estrutura do livro do aluno e quadros com correspondência entre os conteúdos das Unidades e Capítulos e os objetos de conhecimento e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trabalhados. Além disso, deve apresentar textos de aprofundamento, sugestões de jogos e atividades para completar o trabalho pedagógico. Na segunda parte, deve haver a reprodução das páginas do Livro do Estudante em formato reduzido, acompanhadas, nas laterais e na parte inferior, das orientações ao professor, relacionadas ao conteúdo e às atividades propostas, com sugestões didáticas e indicações das correspondências dos conteúdos com a BNCC. Aos professores devem também ser oferecidos recursos didáticos para enriquecer a prática docente e nortear o planejamento das aulas. Apostila de práticas socioemocional:</p>
--	---

27

	<p>Material complementar, organizado em formato anual, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de competências socioemocionais por meio de um conjunto de habilidades de maneira integrada ao ensino dos conteúdos de cada componente curricular.</p> <p>Educação Física: livro anual, que tem como objetivo organizar, sintetizar e difundir propostas didático-pedagógicas que subsidiem o professor de Educação Física do Ensino Fundamental na construção de suas práticas. O livro deve trazer seções explicativas para orientações e sugestões de estratégias, expansão dos temas desenvolvidos, sugestões de vídeos, sites e documentos de apoio, glossário com a definição de termos, indicações de leituras complementares, roteiro de atividades com sugestões de duração, objetivos e materiais necessários, pontos de atenção para a condução dos processos avaliativos e destaque para as habilidades da BNCC que podem ser desenvolvidas por meio das atividades propostas.</p>
--	--

28

	<p>Plataforma digital de aprendizagem para alunos e professores</p> <p>Ambiente digital de aprendizagem com acesso para alunos, familiares, professores e gestores, por meio de logins e senhas individuais, composto por um conjunto de tecnologias e recursos digitais e pedagógicos que permitem potencializar o aprendizado e o engajamento individualizado do aluno, de acordo com as necessidades e o ritmo de cada um. O portal educacional deve apresentar recursos como o livro impresso no formato digital, podendo os conteúdos serem acessados de acordo com a faixa etária e ano escolar do aluno, os guias do professor em formato digital, avaliações processuais separadas por componente e ano, banco de questões alinhadas à BNCC, biblioteca digital</p> <p>contendo atividades interativas, vídeos, músicas, animações, sequências de aula para uso do professor. A plataforma precisa contar com atividades para a sondagem da Educação Infantil, que objetive diagnosticar o momento do aprendizado dos alunos de 05 anos, além de ambiente destinado ao monitoramento anual dos estudantes do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I, levando em consideração o processo e a consolidação da alfabetização. Os objetos educacionais devem ser interativos para complementação dos conteúdos do material didático impresso, atendendo às necessidades dos alunos mesmo nos períodos que estejam fora do ambiente escolar.</p> <p>A plataforma também deve ser destinada à capacitação dos educadores, com cursos à distância, com carga mínima de 180 horas.</p> <p>Aplicativo</p> <p>Disponibilização de aplicativo para uso em smartphone, tablet, computador, com acesso gratuito (não deverá gerar custo ou desconto do plano de dados durante o acesso)</p>
--	--

29

	<p>para alunos, familiares, professores e gestores, que ofereça os seguintes recursos:</p> <p>Acesso ao livro impresso no formato digital, podendo os conteúdos serem acessados de acordo com a faixa etária, unidade/capítulo e ano escolar do aluno, os guias do professor em formato digital, banco de questões, biblioteca digital, vídeos, músicas, animações, sequências de aula para uso do professor. Os objetos educacionais devem ser interativos para complementação dos conteúdos do material didático impresso, atendendo às necessidades dos alunos mesmo nos períodos que estejam fora do ambiente escolar, Espaço para comunicação entre aluno, família, escola, professores e gestores, através de envio de mensagens de forma individual ou coletiva, publicação de informações de interesse amplo para a comunidade escolar, publicação calendário de atividades normais e extras, informes sobre eventos para alunos, professores e gestores, publicação de eventos da escola, envio de atividades de reforço ou complementares; espaço para disponibilização de conteúdos digitais.</p>
--	--

30

	<p>como aulas online (ao vivo ou gravadas) feitas pelo professor dentro do aplicativo, compartilhamento de atividades do material didático, avaliações, tarefas online com os alunos, podendo ser utilizado todo o conteúdo do material didático impresso no formato digital (livros didáticos, banco de questões, materiais complementares). O app deverá permitir o acompanhamento de envio de informações e atividades de cada aluno, podendo, se necessário, gerar relatórios para controle das informações. Para comprovação de atendimento deste item, deverão ser apresentados o endereço, logins, senhas ou chaves para acesso e um documento especificando detalhes do ambiente virtual disponível, bem como das ferramentas possíveis de serem utilizadas.</p> <p>Formação continuada e capacitação de docentes e gestores: A empresa contratada deverá proporcionar eventos tais como oficinas, formações e palestras, presenciais e à distância, com temas atuais relacionados ao processo educacional como um todo, atendendo às necessidades de formação e capacitação de cada profissional das escolas, independente da área em que ele atue, cuja abordagem tenha alinhamento com os materiais didáticos impressos.</p>
--	--

31

	<p>Assessoria Pedagógica Personalizada Assessoria individual por escola realizada <i>in loco</i> ou <i>on-line</i>, com intuito de atender às demandas específicas, esclarecer dúvidas e contribuir com sugestões à equipe pedagógica e diretiva da escola. Deverão ser fornecidas assessorias de acordo com a demanda percebida pela Secretaria Municipal de Educação.</p> <p>Atendimento através de linha telefônica, exclusiva para suporte aos professores, em horário comercial, do tipo "0800", com resposta imediata ou, quando não possível, abertura de protocolo para devolução em, no máximo, 48 horas; Atendimento de consultas de cunho pedagógico via e-mail, com devolução em, no máximo, 72 horas. Os custos com transporte, hospedagem e alimentação serão de responsabilidade da contratada independentemente do local das capacitações. Toda e qualquer ação da contratada junto às escolas do município, deverá ter alinhamento prévio com o Departamento de Educação do Município, através de interlocutor determinado. Além de disponibilizar um assessor técnico pedagógico fixo no município.</p>
--	--

32

	<p>Avaliações e acompanhamento da aprendizagem</p> <p>Deve ser disponibilizado um sistema de avaliação visando o aprimoramento contínuo dos processos e resultados educacionais da rede municipal, em formato virtual e também cópia física, com o objetivo de diagnosticar a proficiência de seus alunos nos diferentes assuntos e habilidades desenvolvidos ao longo da Educação Básica, dentro dos moldes da Prova Brasil/SAEB.</p> <p>Avaliações destinadas aos alunos do último ano da Educação Infantil (5 anos) com foco nos objetivos de aprendizagem da BNCC para cada campo de experiência, com proposta de nortear e sondar o desenvolvimento dos alunos em consonância com o PNA (Plano Nacional de Alfabetização).</p> <p>Livros ampliados para os alunos com baixa visão;</p> <p>Livros em Braille para os alunos cegos;</p> <p>A fim de atender a demanda de alunos público-alvo da educação especial presente na rede municipal, o Sistema de Ensino deverá disponibilizar materiais didáticos para alunos com baixa visão, ampliados, e em Braille, se necessário, observando o tipo e tamanho da fonte nos casos de alunos com baixa visão (Arial ou Verdana, tamanho 24, todas as letras em caixa alta e negritadas. Linha dupla entre as pautas). Nos casos em que se faz necessário, contemplar com recursos audiovisuais (audiolivro).</p>
--	---

11:34 ✓

PATRICIA TEIXEIRA Assinado de forma digital
 BUHLER:71146261 por PATRICIA TEIXEIRA
 BUHLER:71146261004
 004 Dados: 2022.12.13
 11:19:44 -03'00'

Assinado digitalmente por:
DANY APARECIDA DO
NASCIMENTO KAPPE
FERREIRA:59505001053
 595.050.010-53
 13/12/2022 11:38:38

34

11:34 ✓

ANEXO B - CONTRATO DE COMPRA E VENDA - Aquisição de Sistema estruturado de Ensino - Livros.



Rua Antonio Donga, 53
Centro - CEP: 94035-270 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600.7338 / 3600.7339
smat@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMAT
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,
MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 001/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 394/2022

MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 87.890.992/0001-58, com sede na Av. Dr. José Loureiro da Silva, nº 1.350, Centro, Gravataí/RS, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Administração, Modernização e Transparência Substituto, Sr. Maicon Siota Ganzer, por delegação de competência, conforme Decreto nº 15.872/2017, a seguir denominado simplesmente **COMPRADOR**, e, de outro lado, **SOLUÇÕES MODERNA EDITORA E SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.623.848/0001-89, com endereço à Rua Padre Adelino, nº 758, sala 04, Quarta Parada, São Paulo/SP, CEP: 03303-904, por intermédio de seu representante legal Sr. Alejandro Nestor Avakian, inscrito no CPF sob nº 233.203.168-50, doravante denominado **VENDEDOR**, celebram o presente **CONTRATO DE COMPRA E VENDA**, com a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO

1.1. O presente instrumento contratual é regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.078/1990, combinado com o art. 58, incisos I e IX da Lei Orgânica do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente contrato consiste na **aquisição de Sistema estruturado de Ensino - Livros**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM

3.1. A contratação é decorrente do **Pregão Eletrônico nº 394/2022 e Requisição de Compras nº 2528/2022** da Secretaria Municipal da Educação – SMED.

3.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão de origem e seus anexos, bem como à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da presente contratação corresponde a **R\$13.218.550,00**, de acordo com os seguintes preços unitários e totais:

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário(R\$)	Valor Total(R\$)
1	Material didático Educação Infantil (4 a 5 anos)	UNIDADE	Conforme Termo de Referência	3.450	R\$339,00	R\$1.169.550,00
2	Material didático Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	UNIDADE	Conforme Termo de Referência	15.400	R\$437,00	R\$6.729.800,00
3	Material didático Ensino Fundamental (Anos Finais)	UNIDADE	Conforme Termo de Referência	10.900	R\$488,00	R\$5.319.200,00
Total do Fornecedor:						R\$13.218.550,00

4.2. O preço total é uma estimativa, não obrigando a contratante adquirir o montante total.

Este documento foi assinado digitalmente por Alejandro Nestor Avakian.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código 43ED-2493-FE31-8A9D.



Este documento foi assinado digitalmente por Alejandro Nestor Avakian.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código 43ED-2493-FE31-8A9D.



Rua Antonio Donga, 53
Centro - CEP: 94035-270 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600.7338 / 3600.7339
smat@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMAT
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,
MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1. A vigência deste contrato será de **12 meses**, contados a partir do recebimento da nota de empenho.
- 5.2. O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado ocorrendo algum dos motivos elencados no § 1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, devendo haver justificativa fundamentada secretaria competente e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

REFERÊNCIA	VÍNCULO	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA
1409	20000	1193	33390320400000000000

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital da licitação de origem.
- 7.2. O objeto contratual deverá ser executado de acordo com as instruções e especificações contidas neste Edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A gestão da contratação ficará a cargo do Gestor de Contrato da secretaria requisitante da presente licitação, nomeado através de portaria municipal.
- 8.2. Compete ao Gestor do Contrato, com anuência do Secretário da Pasta, nos termos da Lei Municipal nº 4.464/202:
- 8.2.1 Autorizar a celebração de termo aditivo para a alteração do contrato;
 - 8.2.2 Autorizar a eventual celebração de termo aditivo para prorrogação do prazo do contrato, após exame qualitativo do produto ou serviço prestado pelo contratado;
 - 8.2.3 Requerer a instauração de procedimento para aplicação de penalidade às empresas;
 - 8.2.4 Decidir sobre a rescisão dos contratos;
 - 8.2.5 Analisar e responsabilizar-se por eventual necessidade de convalidação dos termos contratuais.
- 8.3. A fiscalização do cumprimento do avençado ficará a cargo do Fiscal do Contrato, o servidor público **Sra. Patrícia Teixeira Buhler**.
- 8.4. Compete ao à Fiscal do Contrato, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 4.464/2022:
- 8.4.1 Acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;
 - 8.4.2 Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato;
 - 8.4.3 Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, a expensas da contratada, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
 - 8.4.4 Receber o objeto do contrato mediante termo assinado pelas partes, em conjunto com o Secretário da Pasta;
 - 8.4.5 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observando o Termo de Referência;





Rua Antonio Donga, 53
Centro - CEP: 94035-270 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600.7338 / 3600.7339
smat@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMAT
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,
MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

- 8.4.6 Exigir o cumprimento dos prazos estabelecidos no presente contrato;
 - 8.4.7 Exigir o cumprimento das cláusulas do presente contrato e dos respectivos termos aditivos;
 - 8.4.8 Atestar as notas fiscais e faturas;
 - 8.4.9 Comunicar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
 - 8.4.10 Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o previsto no contrato;
- Emitir atestado de avaliação do serviço prestado ou do objeto recebido.

8.5. A atividade de gestão e fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. Para receber o pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal à Fiscalização na secretaria solicitante.
- 9.2. Quando da apresentação da nota fiscal, a contratada deverá demonstrar a permanência de sua situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, bem como perante o Sistema de Seguridade Social e o FGTS, apresentando cópias das pertinentes certidões negativas.
- 9.3. Se aprovado o objeto pela fiscalização, esta deverá enviar a Nota Fiscal, juntamente com seu atestado, à SMF/Contabilidade.
- 9.4. Com o recebimento da Nota fiscal, o atestado positivo emitido pela fiscalização contratual e a aprovação pela SMF/Contabilidade, considerar-se-á liquidada a despesa.
- 9.5. O pagamento à contratada será realizado no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal e do atestado da Fiscalização.
- 9.6. O prazo previsto para pagamento não transcorrerá caso verificadas inconformidades na nota fiscal apresentada.
- 9.7. Em recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.
- 9.8. O pagamento será efetuado em Conta Bancária indicada pela CONTRATADA de sua titularidade ou de representante legal previamente credenciado perante a Administração Pública.
- 9.9. Caso se verifique erro na nota fiscal, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da Contratada.
- 9.10. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR

- 10.1. São obrigações do COMPRADOR:

Este documento foi assinado digitalmente por Alejandro Nestor Avakian.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fizisign.com.br:443> e utilize o código 43ED-2493-FE31-8A9D.



Este documento foi assinado digitalmente por Alejandro Nestor Avakian.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fizisign.com.br:443> e utilize o código 43ED-2493-FE31-8A9D.



Rua Antonio Donga, 53
Centro - CEP: 94035-270 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600.7338 / 3600.7339
smat@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMAT
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,
MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

- 10.1.1. efetuar o(s) pagamento(s) à empresa VENDEDORA nos termos da Cláusula acima.
- 10.1.2. Exercer a fiscalização referente à contratação do objeto licitado.
- 10.1.3. Prestar à VENDEDORA as informações e esclarecimentos eventualmente solicitados.
- 10.1.4. Proporcionar à VENDEDORA todas as condições necessárias à normal execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

11.1. São obrigações da VENDEDORA:

- 11.1.1. Entregar o(s) material(is) nos termos da Cláusula Sétima;
- 11.1.2. Entregar o(s) produto(s) com as mesmas características indicadas na proposta de preço;
- 11.1.3. Atender as determinações da fiscalização recebendo todos os comunicados e notificações que lhe forem expedidos;
- 11.1.4. Reparar, remover, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados do recebimento da notificação lavrada pela Fiscalização, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. A VENDEDORA se obrigará a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município de Gravataí, imediatamente, qualquer alteração nas condições que deram ensejo à sua habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1. Nos casos de atraso injustificado na execução dos serviços ou de atraso no adimplemento das obrigações contratuais, o contratante poderá aplicar à contratada multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento).

12.2. Pela inexecução parcial ou total do contrato, o contratante poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em proporção aos casos de desatendimento das obrigações da contratada, podendo ser cumulada com a multa moratória prevista no subitem acima;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

12.3. A critério exclusivo da contratante, o recebimento das multas aplicadas poderá ocorrer deduzindo-se do pagamento mensal devido à contratada, a quantia correspondente à citada penalidade.

12.4. As multas são independentes ou autônomas e a aplicação de uma não exclui a possibilidade de aplicação de outras por parte da contratante.

12.5. O contratante poderá cobrar as multas administrativa e judicialmente.

12.6. No caso de aplicação de quaisquer das penalidades previstas nos itens acima, é assegurada à contratada o direito de ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado.





Rua Antonio Donga, 53
Centro - CEP: 94035-270 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600.7338 / 3600.7339
smat@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMAT
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,
MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

12.7. O pagamento de multa pelo contratante não o exime da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que possa acarretar à Administração.

12.8. O processo administrativo iniciará com o recebimento de notificação pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. Poderá o contratante promover processo administrativo de rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais e demais sanções administrativas previstas na Legislação pertinente, nos casos em que restar configurada qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

13.2. Em caso de rescisão unilateral, a Administração Municipal poderá, ainda, convocar os outros licitantes na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda às condições do edital.

13.3. As partes poderão, ainda, promover amigavelmente a rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para dirimir questões emergentes deste contrato fica eleito o Foro de Gravataí com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Gravataí, 12 de janeiro de 2023.

MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ
Maicon Siota Ganzer
Secretário Municipal *Substituto*
Decreto nº 20.176/2022
Comprador

SOLUÇÕES MODERNA EDITORA E SERVIÇOS
EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ sob nº 08.623.848/0001-89
Vendedor

1. Testemunha

2. Testemunha

Este documento foi assinado digitalmente por Alejandro Nestor Avakian.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código 43ED-2493-FE31-8A9D.



Este documento foi assinado digitalmente por Alejandro Nestor Avakian.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código 43ED-2493-FE31-8A9D.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ

Rua Antônio Donga, 53 - Centro
CEP 94035-270 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600-7334
www.gravatai.rs.gov.br

DAF

Diretoria Administrativa e Financeira

ANEXO 1

Forma de entrega:

A entrega será fracionada sendo que a Educação Infantil receberá os recursos físicos em duas etapas (início do ano letivo e na metade do ano letivo), quanto ao Ensino Fundamental I e II a entrega deverá ser realizada bimestralmente, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação respeitando os prazos indicados;

Dias e horários para realização das entregas:

Em relação aos dias para entrega, preferencialmente realizar agendamento prévio com as escolas, e ou realizar a entrega entre segunda a sexta, no horário compreendido entre 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30;

Identificação dos materiais:

A identificação deverá ser clara e objetiva, explicitando exatamente o conteúdo da caixa, para que a conferência pela Escola possa ser realizada, no mínimo os seguintes dados deverão constar: nome completo da escola, quantidade de livros, série, volume (I, II, III ou IV) e se o livro é do aluno ou do professor;

Remanejamento e realocação de livros:

Havendo divergências encontradas nas entregas realizadas nas Escolas, com as planilhas encaminhadas pela SMED o remanejamento e/ou realocação deverão ser realizados no prazo de 05 dias úteis;

Material didático:

Educação Infantil

Pré I e Pré II – Observar nomenclatura observada no Município que é diferente da proposta pela Editora.

Plataformas digitais:

O portal educacional deve apresentar recursos como o livro impresso no formato digital, podendo os conteúdos serem acessados de acordo com a faixa etária e ano escolar do aluno, os guias do professor em formato digital, avaliações processuais separadas por componente e ano, banco de questões alinhadas à BNCC, biblioteca digital contendo, atividades interativas, vídeos, músicas, animações, sequências de aula

Aplicativo – Disponibilização de aplicativo para uso em smartphone, tablet, computador, com acesso gratuito (não deverá gerar custo ou desconto do plano de dados durante o acesso) para alunos, familiares, professores e gestores, que ofereça os seguintes recursos: Acesso ao livro impresso no formato digital, podendo os conteúdos serem acessados de acordo com a faixa etária, unidade/capítulo e ano escolar do aluno, os guias do professor em formato digital, banco de questões, biblioteca digital, vídeos, músicas, animações, sequências de aula para uso do professor.

Avaliações formativas / processuais e avaliações diagnóstica:

Deverão ser disponibilizadas impressas e virtuais.

Formação Continuada:

Visando o aprimoramento, a atualização alinhada com os materiais didáticos impressos, emitir certificado aos participantes para:

- Equipe Técnica da SMED
- Diretores e Vices
- Supervisores
- Orientadores
- Professores Educação Infantil
- Professores Ensino Fundamental I
- Professores Ensino Fundamental II
- Professores de apoio a aprendizagem





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ

Rua Antônio Donga, 53 - Centro
CEP 94035-270 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600-7334
www.gravatai.rs.gov.br

DAF

Diretoria Administrativa e Financeira

Assessoria técnica pedagógica

Visando buscar estratégias de intervenção pedagógica, diante do diagnóstico levantado, após período de implantação atendendo as especificidades propostas pelo Departamento Pedagógico da SMED:

- Assessoria Técnica pedagógica para Educação Infantil;
- Assessoria Técnica pedagógica para Escolas da assessoria do Grupo 1;
- Assessoria Técnica pedagógica para Escolas da assessoria do Grupo 2;
- Assessoria Técnica pedagógica para Escolas da assessoria do Grupo 3 e
- Assessoria Técnica pedagógica para Escolas da assessoria do Grupo 4.

Com referências específicas de assessores do Set Brasil para cada grupo apontado acima, mantendo o acompanhamento por todo o ano letivo.

Educação Especial

A fim de atender a demanda de alunos público-alvo da educação especial presente na rede municipal, o Sistema de Ensino deverá disponibilizar materiais didáticos para alunos com baixa visão, ampliados, e em Braille, se necessário, observando o tipo e tamanho da fonte nos casos de alunos com baixa visão (Arial ou Verdana, tamanho 24, todas as letras em caixa alta e negritadas. Linha dupla entre as pautas). Nos casos em que se faz necessário, contemplar com recursos audiovisuais (audiolivro).

Componente curricular Língua Inglesa

Educação Infantil e Ensino fundamental I não possuem



ANEXO C - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGENS, SOM E VOZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

AUTORIZAÇÃO USO IMAGENS, E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

PESQUISA: Políticas públicas de formação continuada de professores dos anos iniciais e a qualidade da educação básica: uma experiência no município de Gravataí.

COORDENAÇÃO: PROF^ª Dr^ª. Patrícia Souza Marchand (FACED/UFRGS)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado **Políticas públicas de formação continuada de professores dos anos iniciais e a qualidade da educação básica: uma análise da rede municipal de educação do município de Gravataí**, sob responsabilidade de Juliana Bicca vinculado(a) ao/ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Minha imagem e som de voz de voz poderá ser utilizado apenas para análise, por parte da pesquisadora, das informações presentes na entrevista.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do (a) participante

Nome e Assinatura do (a) pesquisador (a)

Local e data

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PARTICIPANTE**

PESQUISA: Políticas públicas de formação continuada de professores dos anos iniciais e a qualidade da educação básica: uma experiência no município de Gravataí

COORDENAÇÃO: PROFª Drª. Patrícia Souza Marchand (FACED/UFRGS)

Prezado(a) Sr(a)

A pesquisa intitulada Políticas públicas de formação continuada de professores dos anos iniciais e a qualidade da educação básica: uma análise da rede municipal de educação do município de Gravataí tem como objetivo **compreender como a rede municipal de Gravataí tem se organizado e implementado as políticas públicas para a formação continuada dos professores, analisando qual a relação entre a formação continuada docente e a qualidade da educação nos anos iniciais na rede municipal de Gravataí**, e será desenvolvida pela aluna Juliana Bicca matriculada no presente semestre letivo, no Componente Curricular TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II e sob orientação da professora Patrícia Souza Marchand do Núcleo de Políticas e Gestão da Educação, do Departamento de Estudos Especializados, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A pesquisadora compromete-se a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que eventualmente os participantes venham a ter no momento das pesquisas ou posteriormente através do e-mail julianabicca05@gmail.com .

RISCOS: Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os possíveis riscos são (especificar os riscos). Tais riscos serão resolvidos com encaminhamentos que garantam cuidados e respeito de acordo com a manifestação do respondente.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação de particularidades de cada entrevistado, a não ser que seja autorizado pelo entrevistado(a). Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto e concordo em participar.

Local e data: _____.

() Eu concordo com a minha identificação no relatório do estudo e nas apresentações do trabalho em sala de aula.

() Eu não autorizo a minha identificação no relatório do estudo e nas apresentações do trabalho em sala de aula, solicitando o uso de um nome fantasia.

Local e data: _____

Assinatura do participante

Eu, _____, estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

Local e data: _____

Assinatura do/a Pesquisador/a